



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

**Mandato 2017-2021**

**Ata n.º 15/2019**

**Sessão Ordinária de 27 de Novembro de 2019**

Aos vinte e sete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e sete minutos, na Sala de Reuniões do Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pela senhora 1.ª Secretária, Rosana Corga Fernandes Durão, na ausência e em substituição do senhor Presidente da Assembleia Municipal, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----

-----**Lista de Presenças:**-----

-----

**24 Deputados Municipais do PS-** Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (Presidente em exercício), Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Hermes Luis de Brito Alberto, Joana Guerreiro da Conceição, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes (em substituição de Fábio Miguel Cortes Nobre), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Adriano Lopes Gomes Pimpão, Manuel Vitorino Correia Inácio (em substituição de Hugo Miguel Guerreiro Nunes), Dionísio Barros Viegas (em substituição de Abel Filipe dos Santos Matinhos), António José da Palma Clareza (em substituição de Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista) Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), André Teixeira Correia (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

-----

**9 Deputados Municipais do PSD-** Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Maria do Amaral Correia, Ana Francisca Vaz Pinto Palma de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Sousa (em substituição de Duarte José de Sousa Duarte), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/ Benafim);-----

-----  
**1 Deputado Independente-** Fernando Domingos dos Santos;-----

-----  
**1 Deputado Municipal do CDS-** António José Mendes Pinto Farrajota;-----

-----  
**1 Deputado Municipal do BE-** Carlos José da Silva Martins;-----

-----  
Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vitor Aleixo e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Irina Martins (em substituição de Horácio Piedade).-----

-----  
**Não estiveram presentes** os vereadores, Ana Machado e Horácio Piedade.-----

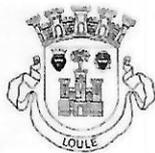
-----  
**Apresentaram pedido de suspensão de mandato:**-----

-----  
Os **Deputados Municipais do PS**, Adriano Lopes Gomes Pimpão, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, tendo a mesma sido substituída respetivamente por António José da Palma Clareza, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Manuel Vitorino Correia Inácio, Abel Filipe dos Santos Matinhos, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Dionísio Barros Viegas, Fábio Miguel Cortes Nobre, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes.-----

-----  
O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, André Teixeira Correia.-----

-----  
O **Deputado Municipal do PSD**, Duarte José de Sousa Duarte, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa.-----

-----  
Para coadjuvar os trabalhos na mesa, nas funções de **1ª Secretária**, foi solicitada a colaboração da Senhora Deputada Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia, a existência de quórum deliberativo, a Senhora Deputada Rosana Durão (Presidente por substituição), deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

### -----Ordem de Trabalhos-----

- 1-Intervenção do Público;-----
- 2-Aprovação de Atas;-----
- 3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----
- 4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----
- 5-Moções;-----
- 6-Período da Ordem do Dia;-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município,** ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;-----

b)- **Proposta 48/2019- Deliberação relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2020,** de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea a) e artigo 33.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro [Proposta da Câmara Municipal n.º 1798-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

c)- **Proposta 49/2019- Deliberação relativa aos Compromissos Plurianuais - Ano 2020,** nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1796-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- **Proposta 50/2019- Deliberação relativa à Proposta de Fiscalidade Municipal para o ano de 2020** (Fixação da Taxa de IMI, incluindo a redução da Taxa de IMI para as Freguesias do Interior e para famílias com dependentes; Fixação da percentagem referente à participação variável do IRS; Aplicação da Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1770-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- **Apreciação da Informação Semestral do Auditor Externo,** nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1795-2019] (plataforma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

smartgov.cm-loule.pt);-----

Foram iniciados os trabalhos;-----

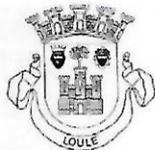
### 1-Intervenção do Público;-----

Foi dada a palavra ao **cidadão Rogério Rochinha**, dizendo que o tema que o traz a esta Sessão é o do Abrigo de Animais da Cabanita, e não discutindo a ilegalidade daquela obra, porque isso é da competência dos Técnicos, mas vem aqui pedir algum bom senso, sensibilidade e ponderação, para a resolução deste problema, referindo que no 1.º trimestre de 2016, começaram as primeiras conversações entre a Câmara Municipal e o proprietário, que se foram arrastando até junho/julho de 2018, em que foi noticiado em vários órgãos de comunicação social, que estaria prestes a ser assinado, um Protocolo, e era nisso que se apontava, entre a Câmara Municipal de Loulé, e incluindo até a Câmara Municipal de S. Brás de Alportel, e o proprietário, para a construção do Abrigo, solicitando esclarecimentos ao Executivo, sobre o que é que aconteceu durante este tempo, entre o 1.º trimestre de 2016 e 2018, que levou à situação atual, foram dadas ao proprietário, garantias de que iria ser assinado um Protocolo? Porque até hoje também ninguém desmentiu esta notícia, e quando se põe a questão de ter havido uma queixa, então levanta-se outra questão, quantas queixas é que já houve em relação ao Canil Municipal? O Executivo Camarário, garante que o Canil Municipal e até o Canil de S. Francisco, estão totalmente na legalidade? O Executivo garante que está a cumprir a Portaria n.º 146 de 2017, na sua íntegra? Disse que teve a oportunidade de visitar este Abrigo, e que se calhar o Senhor Presidente da Câmara também o deveria ir visitar, e que verificou que este Abrigo está a ajudar a resolver um problema que existe no Concelho de Loulé, que todos temos consciência, e está a fazer um Serviço Público de Interesse Municipal, e está a fazer uma outra coisa, que não se vê em outros Canis e Abrigos, que é estar a dar qualidade de vida àqueles animais, pela maneira como está a agir, por isso, era bom que se conseguisse, que se tentasse, arranjar uma solução para este problema, ouviu dizer que não existe solução ao abrigo de qualquer Lei, contudo, questionou se aquele terreno onde está instalado o Abrigo é REN ou RAN? Porque são coisas diferentes, e gostaria de saber em que situação é que está o terreno. Também teve conhecimento, de que já estaria marcada uma reunião com o proprietário, questionando o Executivo se essa informação era verdadeira ou falsa, solicitando mais uma vez ao Executivo, sensibilidade para este assunto, para que se encontre uma forma de resolver este problema, porque também com Executivos anteriores, "já se fez o fato à medida do freguês".-----



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

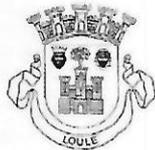
De seguida foi dada a palavra ao **cidadão José Neves**, dizendo que já é muito conhecido nesta Assembleia, por um assunto que francamente não dignifica o Concelho de Loulé, não dignifica o Executivo, e é um péssimo exemplo para a população de Loulé, porque mostra-nos um Concelho que tal como foi dito anteriormente "faz fatos à medida", e decidiu vir a esta Sessão, porque o assunto Verdasca é um assunto que vai seguramente fazer estragos no Concelho de Loulé, por uma razão muito simples, não estão a brincar com o seu dinheiro, não estão a brincar com a sua atividade económica, não estão a brincar com a sua imagem, estão a brincar com a saúde da sua família, e nesta casa, entre Presidentes de Juntas e outros, fizeram-se inúmeras promessas, e uma das promessas feita por Sua Excelência o Presidente da Câmara, Vitor Aleixo, foi que a única coisa que me poderia prometer, é que não iriam surgir pilares, estruturas, expansões, contudo, e porque até está disposto a ser preso, lembra aqui, porque estão presentes nesta Sala, 2 pessoas que estiveram consigo na Sala da Presidência do Concelho de Loulé, em que foi claro e objetivamente assumido, que tinha havido de facto um pedido de expansão, e que esse pedido de expansão foi deferido positivamente, com uma exigência de se construir um balneário para os trabalhadores, e posteriormente, a sua advogada foi impedida de aceder ao processo, e estranhamente, o processo foi limpo a seguir a isso, e foi aqui também prometido, que não havia construções, e hoje está aqui muito deprimido, chateado, e veio cá porque foi concluída a construção de uma nave lateral, e recordou, que aquele canto era propriedade da CIMPOR, e a CIMPOR vendeu ao Sr. Agostinho Adalberto da Cunha Santos, aquele canto, e o canto do lado de cima da Estrada, para resolver um problema de acessibilidade e de segurança rodoviária. Houve inúmeras mortes naquele Ramal, e era absolutamente necessário resolver aquele problema, e a CIMPOR acedeu e vendeu o terreno, e o Sr. Agostinho construiu o acesso lateral, libertando o espaço da Estrada Nacional 270, garantindo assim que se iria pôr fim a uma mortandade muito significativa naquele cruzamento, e naquele tempo, da sua parte, foi solicitado e desenhado o alargamento para a requalificação daquela Via, Estrada Nacional 270. Foi solicitado espaço ao Sr. Agostinho, e ele reagiu de forma muito violenta, e no seu caso próprio, também foram solicitados 1000 m<sup>2</sup> da sua propriedade, para resolver o problema do alargamento daquela Via, e mal sabia, que era o pior presente envenenado que poderia dar a si próprio, porque cedeu de boa vontade, não criou problemas nenhuns, foi na altura, visitado pelo Diretor da IP (Infraestruturas de Portugal), e cedeu de boa vontade, porque era necessário resolver aquele problema, mas o presente envenenado é que de facto, aquela central já estava desenhada para ser construída ali. De promessa em promessa, de crime continuado a crime continuado, de consumada a consumado, chegou-se ao ponto daquilo que foi feito hoje, foi concluída uma nave lateral, num terreno



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

que tinha classificação de Reserva Agrícola Nacional (RAN), e agora o que pretende saber, é porque é que se permite que uma família seja subjugada aos interesses de alguém, ou de alguma Entidade, ou de alguma Câmara, ou seja de quem for, e por isso, quer por aqui em causa de quem legitimidade do poder, e por uma razão muito simples, porque neste País, ninguém tem legitimidade para agarrar numa família honesta e trabalhadora, deitá-la para o caixote do lixo, e deitar-lhe todos os dias um saco de cimento para cima. Ninguém, nem o Senhor Presidente da Câmara, não é o Senhor que está a fazer isso, mas está a compactuar com isso, e hoje levantou-se e assistiu à conclusão da construção dessa nave, começando a ser bombardeado com cimento às 9h16 da manhã, e essa projeção de cimento, durou até às 11h36, teve os seus cães a ganir e a tossir, assim como ele próprio e sua família também, e são sacos e sacos de cimento atirados para cima de si, fazendo-o lembrar que não é nada nem ninguém, porque alguém que se acha muito, e acha que tem todos os direitos, e o que se está a passar, ultrapassa todos os limites do que é aceitável, porque não tem que sofrer, em nome do enriquecimento de alguém, e já disse várias vezes, que está ali a perder 0,5 milhão de euros, porque a sua propriedade agora não vale nada, e toda a gente lhe diz para fugir dali, mas não tem para onde ir, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, perguntou-lhe quando é que ele iria deixar de compactuar com o crescimento ilegal do Sr. Fernando Verdasca? Quando é que para o Senhor Presidente, a sua família vale mais do que lixo? Disse que estava deprimido, mas também está irritado, e continuará a vir cá todas as vezes que forem necessárias, porque não merece, nem ninguém merece, o que lhe têm estado a fazer, porque ou este assunto tem solução, ou alguém terá que ir para a prisão, até pode ser o próprio, porque jamais se calará sobre o que andam a fazer.-----

-----  
Foi também concedida a palavra à **cidadã Andreia Sousa**, dizendo que vem aqui a esta Sessão, juntamente com outros pais, falar de um assunto, que é continuo aqui na Escola n.º 4, em Loulé, e que foi transmitido numa reunião com a Senhora Vereadora Ana Machado, tal como com o Senhor Diretor do Agrupamento, tal como com a Coordenadora da Escola, na tentativa de resolverem o problema existente, e esse problema tem a ver com a alimentação, as crianças naquela Escola estão a ter uma péssima alimentação, dando um exemplo passado na semana anterior, em que foi servido numa das refeições, peixe cru e mal cozinhado às crianças, verificado por pais lá presentes, que após constatarem aquela situação, impediram que as funcionárias continuassem a servir às crianças aquela refeição, apesar de verem que o peixe não estava em condições das crianças o comerem, e esta situação é recorrente, por isso entregaram hoje um Abaixo Assinado, na tentativa de pedir ao Executivo Camarário, que coloquem



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

uma cozinha naquela Escola, porque a Escola precisa de uma cozinha, para a comida passar a ser confeccionada lá, porque atualmente, a comida vem da Escola n.º 3, Escola essa que faz comida para 500 alunos, e não está a conseguir garantir, qualidade nem quantidade, porque muitas vezes a comida que chega às Escolas fornecidas pela cozinha da Escola n.º 3, não é suficiente e vem mal cozinhada, solicitando que fosse colocada uma cozinha na Escola n.º 4, como foi na Escola do Poço Novo, para que as coisas melhorem, porque têm corrido muito mal. Também abordou o problema dos equipamentos de ar condicionado, porque as Salas são quase todas com paredes em vidro, e no Verão as crianças são sufocadas com o calor, e no Inverno passam frio. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, perguntou para quando a resolução destes problemas, sobretudo o problema da alimentação, porque naquela Escola as crianças até aos 10 anos de idade, comem mal, comendo muitas das vezes só sopa e nada mais, quando algo corre mal com o prato principal, o que acontece frequentemente, e todos os pais reclamam da mesma situação, porque as refeições chegam à Escola por volta das 10 horas e quando chega a altura das crianças irem almoçar, a comida já está seca, fria, pedindo ao Executivo a resolução rápida deste problema e da instalação de uma cozinha na Escola n.º 4.-----

Não havendo mais intervenções por parte do Público presente, foi dada a palavra ao Executivo, para responder às questões colocadas, e primeiramente falou a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, relativamente ao assunto do Canil na Cabanita, disse que efetivamente existiram negociações, entre o Executivo anterior e com o atual Executivo, em que o proprietário, mostrou abertura e pediu a colaboração do Executivo para a identificação de terrenos onde pudesse levar a cabo aquela construção, ao que sempre foi dito pela Câmara, que não era possível identificar esse terreno, por muito esforço que fosse feito, tal como também tem sido feito e tem sido difícil, a Câmara identificar um terreno para a Câmara construir um novo Canil Municipal, neste Concelho, porque tem que ser deslocalizado do centro da cidade de Loulé, e dizendo isto, a notícia que veio a público, do Protocolo, não foi desmentida mas também nunca veio essa notícia da parte da Câmara, porque nunca esteve na mesa a negociação de um Protocolo sem a identificação de um espaço, onde esse Canil pudesse ser edificado legalmente, e relativamente à questão do sitio e da classificação do solo onde o Canil teve lugar, aquele espaço é rural, e por definição do PDM, no espaço rural, qualquer edificação é proibida, este solo está classificado como de período predominantemente agrícola, não é REN, e não é RAN, no entanto, as edificações estão sobre uma linha de água, de drenagem, e com isso também estão em violação das restrições de uso de áreas de domínio hídrico, e a avaliação que foi feita, é que esta obra é absolutamente ilegalizável, não tem condições nenhuma

*Samuel*

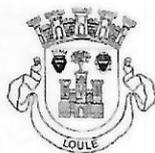


### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

para ser regularizada, não há qualquer tipo de exceção que possa ser lançada para que ela possa ser legalizada neste momento, e desde o primeiro momento o proprietário sabe disso, agora ele foi notificado de um despacho de demolição, no qual está a decorrer o prazo para o proprietário se pronunciar na audiência de interessados, e o proprietário pode se pronunciar, mas desde há cerca de 1 ano, os promotores daquela edificação sabem que ela é ilegal, que não pode ser levada a cabo, e que não tem bom fim. Relativamente às questões levantadas sobre o Canil Municipal, e o Canil de S. Francisco, são Canis que estão legais, podem ter situações que não estão totalmente de acordo com a Lei, mas são regularizáveis, ao contrário deste Canil na Cabanita, e cumpre a esta Câmara, cumprir e fazer cumprir a Lei, sempre e em qualquer situação, e o PDM é uma Lei, e uma Lei que se aplica, a todos, e principalmente à Câmara Municipal de Loulé.-----

Quanto à questão levantada pelo Senhor José Neves, referiu que depois da sua visita à reunião na Câmara há umas semanas atrás, houve uma deslocação da equipa de fiscalização nesse próprio dia, e a obra que estava a ser iniciada foi devidamente embargada, o despacho de embargo foi assinado por si, e as pessoas que se encontravam no local foram notificadas, e foi por isso que os funcionários da Câmara lá se dirigiram, têm havido visitas regulares ao local, e se a obra está a continuar, como o Senhor José Neves está a dizer, continuaram, isso é crime de desobediência e amanhã irá lá novamente a fiscalização, que tal como disse, tem estado a acompanhar, irá verificar e irá fazer a queixa junto do Ministério Público, isso é uma garantia, e tal como foi afiançado pelo Senhor Presidente da Câmara, nada foi licenciado, nenhuma alteração, nem nenhuma ampliação foram licenciadas por esta Edilidade, e estão a ser conduzidos como já lhe foram transmitidos várias vezes, já há aqui uma sobreposição de competências relativamente aquela matéria, se há matérias urbanísticas que são da competência da Câmara, há outras, nomeadamente a de exploração daquela atividade, que não é da competência desta Autarquia, e por isso mesmo, por haver esta sobreposição de competências, está a ser articulada uma reunião entre as várias Entidades, com competências sobrepostas nesta matéria, para tomarmos todas as medidas que sejam necessárias, para repor a legalidade naquela situação.-----

Também usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara**, que quis falar sobre estes assuntos, e começou pelo assunto do Canil ilegalmente construído e que se encontra em construção ilegal, salientando em primeiro lugar a grande generosidade do proprietário que se reuniu consigo, e que se dispôs, generosamente, a dar um contributo muito grande para resolver a situação de muitos animais abandonados, e que se encontram no Concelho de Loulé, como por todo o País, porque não somos nenhuma exceção, mas de facto o proprietário



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

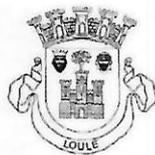
propôs-se a dar uma ajuda muito significativa, para resolver este problema, e como foi dito pela Senhora Vereadora, a Câmara nunca encontrou nenhum terreno, com a aptidão construtiva, para resolver esse problema, porque se o tivéssemos encontrado, a própria Câmara que tem um problema e um Canil a funcionar legalmente, mas que incomoda claramente a vizinhança, como aliás os Senhores Deputados conhecem muito bem, porque já várias vezes, veio aqui um morador da zona queixar-se do ruído que é feito pelos animais, se tivéssemos encontrado um terreno apto, a Câmara teria sido a primeira a resolver este problema do Canil Municipal, contudo, continuamos ativamente a procurar esse terreno, para sermos coerentes com uma política de princípio, de tratar os animais de uma forma nova, muito mais humana, muito mais respeitosa com os direitos dos animais, mas não há soluções mágicas, e o problema que se coloca é o seguinte, é que o PDM, é uma Lei no Município, e que tem que ser respeitada, em primeiro lugar pela Câmara, e naturalmente por todos, e o PDM é que tem sido a grande dificuldade, e de facto foram feitas queixas, e a Câmara não pode ignorar as queixas, e seguem os trâmites normais, e de facto tem a intenção de marcar uma reunião com o proprietário do Canil, que ainda não foi possível, mas será, porque tem a maior consideração pelo proprietário, e irá chamar a atenção do proprietário, para aquilo que ele já sabe, construiu uma obra ilegal, tentou resolver os problemas dos animais, mas não resolveu os problemas dos animais e agora temos um problema adicional, é que aquele Canil, não vai poder continuar ali, vamos ver como é que as coisas vão evoluir.-----

Sobre o problema do Sr. José Neves, disse que tem o maior respeito pela sua situação, compreende o seu sentimento de revolta, relativamente à situação que o Sr. José Neves e a sua família vivem naquele local, pois também não queria viver naquele local, nem o recomendaria a ninguém, mas tem que acreditar que a Câmara tem feito tudo o que tem sido possível, no sentido de travar novas construções, ali naquele lugar, e quando a Câmara sabe de alguma coisa, imediatamente envia lá a fiscalização, embargamos e fazemos aquilo que temos que fazer de acordo com a Lei, se a Lei prevê contestações, dias de espera para que as coisas se desenvolvam, é a Lei, vivemos num Estado de direito, e muitas vezes temos que esperar 1 ano ou mais para resolver as coisas, mas as coisas não podem ser feitas de outra maneira, e as Leis não podem ser ignoradas, já basta as que acontecem por desconhecimento, por erros, mas no caso concreto do Sr. José Neves, reafirmou mais uma vez, a Câmara tem feito tudo o que é possível fazer, e para resolver conflitos existem Tribunais, e é por essa via que se tem que ir para resolver conflitos desta natureza, e está juntamente com a Senhora Vereadora a acompanhar o assunto, para que o Sr. José Neves, não seja mais prejudicado, do que aquilo que já tem sido, ao longo destes anos todos.-----



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Quanto ao assunto da Escola n.º 4, disse que a Senhora Vereadora Ana Machado, recebeu e ouviu os pais das crianças, e também deu algumas respostas, e essas respostas também as vai dar aqui em público, e a Senhora Vereadora disse, que a Câmara está neste momento a abrir um procedimento para poder fazer uma cozinha naquela Escola, o que é difícil, porque ao fazer-se lá uma cozinha, vai roubar-se espaço ao recreio das crianças, que também é necessário, porque as crianças precisam de saltar e brincar nos seus intervalos, e como tal, também é preciso ter a certeza que o sentimento mostrado aqui hoje nesta Sessão, é o sentimento e desejo de todos os pais ou da maioria dos pais, mas de qualquer forma, o Executivo registou a reclamação da cidadã Andreia Sousa, contudo, informou que a mesma cozinha que faz as refeições para a Escola n.º 4, faz também para a Escola de Clareanes, faz para a Escola n.º 3, e faz para a Escola do Areeiro, e em nenhuma das outras Escolas, há reclamações da qualidade da comida, e em 2013/2014, quando o Executivo PS tomou posse, foi verificar a forma e o modo como as refeições escolares eram proporcionadas aos alunos das nossas Escolas, e foram alteradas muitas coisas, foram feitas várias cozinhas, foram remodeladas outras, voltámos a ter equipas de cozinheiros/as, e atualmente, a alimentação que é fornecida nas Escolas do nosso Concelho, não têm comparação com a situação em que o Executivo encontrou em 2013, neste momento é a Câmara que controla todo o processo da alimentação pública que é fornecida aos alunos das Escolas do Concelho de Loulé, há ainda situações em que a comida é confeccionada numa Escola, e transportada devidamente para outras Escolas, porque não é possível ter uma cozinha em cada Escola, mas a situação atual, é reconhecidamente pelos pais, significativamente melhor do que aquela que o Executivo encontrou em 2013, de qualquer forma, ficou registada esta reclamação, e vai abrir-se um procedimento para se abrir uma cozinha, e o Executivo vai estar ainda mais atento à qualidade da alimentação, que é fornecida nas Escolas, sendo que, a opinião que tem, é que hoje em dia tem uma qualidade muito boa, e se a comida não é suficiente, isso é um problema fácil de resolver e não é admissível, porque isso também tem a ver com a quantidade de comida que se põe no prato, e isso vai ser imediatamente visto, porque não razão nenhuma para que isso aconteça. A questão dos equipamentos de ar condicionado nas Salas, é de facto um problema, a Câmara irá ver esta situação e irá tratar seguramente desse problema, e como sempre tem feito, vai continuar a dar atenção às nossas Escolas, embora o apoio, o acompanhamento, o investimento, e o número de funcionários que a Câmara de Loulé dá às Escolas, não deve haver 10 Municípios em Portugal, que tenham o nível de trabalho como o Município de Loulé, basta falar com professores e pessoas que trabalhem noutras Escolas e noutros Concelhos, para verificarem a qualidade das nossas Escolas, e da maneira como o nosso Município, acompanha diariamente, a vida, e tudo o que se passa nas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Escolas do Concelho de Loulé.-----

Terminadas todas as intervenções sobre este ponto e dando continuidade aos trabalhos, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

### 2-Aprovação de Atas;-----

Neste ponto, foi apresentada para aprovação a seguinte Ata:-----

A Ata n.º 12/2019 (Sessão Ordinária de 27 de Setembro de 2019), que foi aprovada por unanimidade.-----

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se ao ponto seguinte:-----

### 3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

Neste ponto, a Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), referiu que gostaria apenas de deixar uma nota, sobre algo que foi falado na última Reunião da Comissão Permanente, e em que os líderes das Bancadas Municipais concordaram, e em que foi chegado a um consenso, a realização de um Jantar Convívio de Natal da Assembleia Municipal, pelo 2.º ano, que ficou agendado para o dia 10 de Dezembro de 2019, e no decorrer do dia de amanhã, o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, irá enviar um email convite, a todos os Senhores Deputados Municipais, efetivos e suplentes, com toda a informação, ao qual agradecia que depois confirmassem a presença até ao dia 6 de Dezembro, por questões de logística.-----

Dando continuidade aos trabalhos, passou-se ao ponto seguinte:-----

### 4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo que todos somos democratas, e todos gostam que se tomem medidas, e que hajam ações para cada um dos Portugueses e para que em Portugal, se viva cada vez melhor, e em democracia, em principio, todas as ideologias são permitidas, agrupam-se os aderentes às diferentes ideias, formam-se os Partidos Políticos, e cada qual defende a sua dama, cumprem o que lhes foi pedido, e assim se fortalece a democracia, a ideologia é uma vertente permitida em democracia, o reconhecimento, a gratidão, a moral, os princípios, também o deveriam ser, e isto vem a propósito, das não comemorações do dia 25 de Novembro, e o Grupo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Municipal do CDS, lamenta, que passe na obscuridade total, uma data que foi tão importante para todos nós.-----

Usou também da palavra o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que o Sr. José Neves, fez nesta Sessão, uma acusação extremamente gravosa, que na qualidade de Deputado Municipal, gostaria de solicitar ao Executivo Municipal, se a afirmação feita pelo Sr. José Neves, corresponde à verdade, ou se têm forma de saber se corresponde à verdade, isso é importantíssimo e fundamental para a democracia, porque o Sr. José Neves, afirma que os funcionários da Fiscalização da Câmara, foram à obra e deram ordens para a obra continuar, como tal, como Deputado Municipal, exige que haja resposta, claramente.-----

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que em relação à reclamação da munícipe Andreia Sousa, sobre o problema das refeições escolares, disse que ficou na realidade perplexo, com a insensibilidade do Senhor Presidente da Câmara, porque esta munícipe veio aqui sugerir, informar, esta Assembleia, e o Senhor Presidente da Câmara, e em especial a Câmara Municipal, de que haviam algumas anomalias relativamente às refeições das crianças, e quando este Executivo deveria agradecer, e responder que certamente iria resolver o problema rapidamente, o Senhor Presidente se insurge-se contra esta manifestação de vontade da munícipe, e dizendo que provavelmente não estariam todos os pais de acordo com o que esta cidadã se manifestou, e cada vez mais fica perplexo, impressionado e convicto, de que o Senhor Presidente, não está preparado para a função que está a seu cargo, porque devia agradecer, devia enaltecer o que esta munícipe veio cá trazer, porque estamos a falar de crianças, de pessoas sensíveis, que precisam de ser alimentadas a horas, com comida quente, e se há irregularidades, tínhamos que dizer que rapidamente isso seria resolvido, e em vez disso, dá a entender que se calhar há algo por trás e que provavelmente ela não representa todos os pais, e provavelmente até pensou que foi a Bancada do PSD que mandou cá a munícipe falar sobre isto, por isso, mais uma vez está a chegar a um ponto que talvez não seja o mais agradável.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, dizendo que tem um requerimento que irá ler e que depois fará chegar à Mesa, o qual será anexo e fará parte integrante desta Ata.-----

De seguida usou da palavra o Senhor **Deputado Márcio Fernandes (PS)**, referindo que gostava de realçar dois pontos, um deles que tem a ver com a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

assinatura do Protocolo da candidatura ao Geoparque da Unesco, que é um empenho grande da Autarquia de Loulé, em desenvolver a promoção do desenvolvimento sustentável do território, a partir das comunidades, destacando os Geosítios, e o seu potencial turístico, e na última Assembleia, destacou também o facto de as áreas do interior serem valorizadas neste potencial turístico a nível mundial, o que muito o satisfaz ver este empenho do Município de Loulé, que vai assinar o Protocolo no dia 2 de Dezembro em conjunto com outros Municípios. Destacou também uma notícia que saiu hoje no Jornal de Negócios, que é insuspeito nestas matérias, que destaca a atratividade do Concelho de Loulé, e do interesse de uma Empresa Tecnológica Francesa, a ATOS, que irá abrir no próximo ano, em Loulé, um dos seus centros de desenvolvimento, criando 80 postos de trabalho, e nesta notícia, foi realçado o empenho da Autarquia de Loulé, para acolher este projeto.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PS)**, que iniciou a sua intervenção questionando o Executivo, sobre o ponto de situação das obras de saneamento básico do Monte Seco, em que o início das obras foi em Maio de 2018 e cujo prazo de execução era de 360 dias, e que já está altamente ultrapassado, e que está a 40% ou a 50% da sua execução, perguntando quais eram os motivos deste atraso, e para quando a finalização desta obra. A segunda questão que abordou, foi a da mobilidade rodoviária de Almancil, porque na década de 90, havia um Protocolo com a REFER, para iluminar a passagem de nível de Vale Formoso, e que neste momento, continua a ser um fator de bloqueio ao desenvolvimento da Freguesia de Almancil, questionando o Executivo, se a Câmara de Loulé tem algo em mente, para acabar com aquele flagelo da passagem de nível de Vale Formoso.-----

Também usou da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, começando por dizer que, hoje assistimos à denúncia de uma parte dos cidadãos, sobre assuntos delicados, e as respostas do Executivo não foram satisfatórias, pondo até em causa a veracidade das questões apresentadas, e quando se critica os cidadãos pela sua fraca participação nos assuntos políticos e nos assuntos da comunidade, e depois quando as pessoas cá vêm, são apontadas como populistas, dizendo que de facto é verdade que aconteceu uma situação grave nas Escolas, que foram abastecidas de refeições, que não estavam em condições de serem servidas às crianças, e por isso, gostaria de saber, porque é que as refeições chegam tão cedo às Escolas e não vêm armazenadas em caixas térmicas para se manterem quentes à hora da refeição, questionando também, se não existe alguém responsável, por parte da Câmara Municipal, que faça um controle da confeção das refeições, assim como da qualidade e da quantidade, se é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

apropriada para as crianças, porque segundo sabe, estas refeições vão para os alunos do ensino pré-primário, do 1.º e 2.º ciclos, e o que aconteceu e que foi relatado hoje, foi verdade, não foi inventado, e não se passou só numa Escola, passou-se na Escola Padre Cabanita, na Escola Pré-Primária perto da Avenida, onde tem lá um neto e soube da situação, e outras, frisando que é preciso reconhecer de facto o esforço que a Câmara tem feito no âmbito das refeições escolares, e neste momento é da responsabilidade da Autarquia, desde 2014, da confeção dos alimentos que cuja qualidade das refeições tem vindo, progressivamente a ser melhorada, e para se ter uma noção, a média mensal de refeições servidas, são cerca de 82.133 refeições, que as refeições são diversificadas, já existem cerca de 1.231 refeições para vegetarianos, e que os transportes das refeições, e aqui está outra questão, são em grande parte, assegurados por uma empresa externa, perguntando, se realmente a Câmara não tem a capacidade para, nalgumas Escolas faz, se não tinha a capacidade para fazer na totalidade do transporte das refeições, a tempo e horas, e devidamente armazenada, mas pelo que se fala aqui, até parece que as refeições são de borla, mas as refeições não são de borla, por mês e por cada aluno, são cerca de 33€, não são de borla, a Câmara não oferece refeições, cada aluno paga 1,46€ por cada refeição, com agravamento de 30 cêntimos quando é comprada no próprio dia, portanto, o que gostava também de saber era o valor do custo que a Autarquia tem com as refeições escolares, que são servidas através do refeitório, chamemos-lhe "municipal", que há em várias Escolas.-----

Outro assunto sobre o qual gostaria de falar, o do Sr. José Neves, que por aquilo que sabe, já deve ser a 7.ª ou mais vezes, que veio aqui a esta Assembleia, apresentar as suas questões, pertinentes é certo, que envolvem o seu bom ambiente familiar, e que, a Câmara sempre disse que ia resolver, e não pode ser, não pode resolver, entretanto, parece que emitiu um embargo, e aqui também está em perfeita harmonia com o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), que é preciso esclarecer a veracidade das afirmações que foram aqui feitas, porque são graves, porque se os funcionários camarários que foram ao local, e deram estas informações, é grave.-----

Sobre a questão do Canil, disse que era um problema, que o BE não põe em causa o cumprimento da legalidade, e se está ilegal a Câmara terá que atual, poderá perguntar-se porquê agora, se as obras já estão feitas desde Maio 2018, e a desculpa do PDM, não sabe se será exatamente assim, tem dúvidas, porque o PDM tem sido alterado ao longo da sua vigência, por muitas e variadas razões, umas por razões de natureza nacional, outras por interesse municipal, outras porque se cria uma Lei específica, para resolver os problemas das construções ilegais, armazéns, que é o caso da VINILCONSTA, alguns espalhados pelo Concelho, e que vieram à Assembleia Municipal e ao abrigo do interesse municipal, foram



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

resolvidos, e aprovados aqui, e no seu entender, esta situação, também poderia ser encaixada no interesse municipal, mas. Como estamos em vigência da Revisão do PDM, o BE gostaria que realmente, fosse encaixado nessa Revisão, a escolha de localização de locais apropriados para esta finalidade.-----

Para terminar, disse que ficou um bocado perplexo, ao olhar para o painel informativo das obras do Jardim, no Calçadão de Quarteira, onde estava o Jardim, que não estava muito bonito, mas se calhar podia-se colocar lá uma meia dúzia de árvores e resolvia-se o problema, e a Câmara adjudicou aquela obra pelo valor de 600.000€ (seiscentos mil euros), questionando o Executivo, sobre que tipo e qualidade de materiais é que vão ser lá instalados, pois já estão arrancados centenas de m<sup>2</sup> de calçada portuguesa, e que vão ser colocados no seu lugar, relva, e nem se lembraram do problema com a água, tira-se calçada e mete-se relva, e a seu ver, aquele custo da obra é exagerado e tão elevado, pelo que, gostaria de ter uma descrição pormenorizada deste valor da obra, e a prioridade daquela obra para Quarteira, porque se compararmos aquela obra com um custo de 600.000€, com a obra da Avenida José da Costa Mealha, em Loulé, que tem um valor de 184.000€, pergunta, para onde é que vão aqueles 600.000€? Porque tem muitas dúvidas que esta obra alcance este valor tão alto, pelo que, gostaria de ser informado sobre o processo de concurso desta obra.-----

Foi também dada a palavra ao Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que começou por dizer que há uns tempos atrás, o Senhor Presidente da Câmara, exibiu ao estilo, numa intervenção sobre as Escolas, fez referência ao Executivo PSD anterior, referindo-se à pessoa do Dr. Seruca Emídio, onde disse, que as Escolas em matéria de alimentação, não se comparavam nem de perto nem de longe, o estado atual com o anterior, nomeadamente na questão da qualidade, e na questão do preço, dizendo inclusive, que anteriormente se queria ganhar dinheiro com as criancinhas, o que na sua opinião, foram afirmações ofensivas, e agora, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, o que andou a fazer à apreciação dos números que andou a observar? Porque em primeiro lugar, gostaria de saber, quanto é que é o custo efetivo de cada refeição? E o que é que se anda a fazer, para que as refeições venham a ser servidas, sem qualidade para as crianças? É claro que é só para algumas, e é desnecessário o Senhor Presidente da Câmara tentar desencorajar os cidadãos que cá vêm apresentar as suas preocupações, nomeadamente com as suas crianças, do ponto de vista político, é verdadeiramente desonesto, com o devido respeito que tem pelo Senhor Presidente da Câmara, mas é desonesto, porque o que todos queremos, é que os cidadãos venham aqui apresentar as suas preocupações, para que eventualmente o Senhor Presidente, desempenhe melhor a sua tarefa, e esta é função desta Assembleia, que se faça mais e melhor ao serviço da comunidade, que



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

representamos, e o que é que o Senhor Presidente da Câmara faz? Desencoraja as pessoas, e nesta matéria esteve mal, devia pedir desculpa à cidadã, porque certamente todos ficarão agradecidos por isso, e para que no futuro, venham muitos mais cidadãos.-----

Colocou também uma questão sobre o policiamento, segurança no Município, porque temos problemas graves, naturalmente que a competência do Senhor Presidente da Câmara não é nessa matéria, não é responsável, mas desafiou o Senhor Presidente da Câmara a pensar sobre esta matéria, porque dispararam os problemas com a segurança, assaltos, nomeadamente nas Freguesias mais populosas e que têm maior jovialidade na estrutura social, como, Quarteira e Almancil, estes problemas agravam-se de uma forma galopante, questionando-o, se os seus bons ofícios junto da Administração Interna, não serão suficientes para melhorar o número de homens e a qualidade dos homens, para fazer o policiamento, garantir a melhor segurança, porque o Turismo, do qual nós vivemos, é uma matéria extremamente importante e sensível, em relação à segurança, e se nessa matéria a Câmara tem algum projeto ou se estaria sensível a pensar no assunto, como a Policia Municipal? Caso, seja uma eventual opção, poderá apesar dos custos, melhorar a condição de segurança geral, num conjunto de competências que não são muito alargadas, mas que permitiriam termos um policiamento de proximidade, e reduzir estes problemas de segurança.-----

Relativamente às alterações climáticas, e ao furor demonstrado pelo Senhor Presidente da Câmara, porque é uma questão moderníssima hoje em dia no seu discurso e que aflora sistematicamente, questionou sobre a questão da plantação de árvores que foram plantadas e que morreram na sua maioria, a questão da ciclovias que provoca um caos enorme numa das principais artérias do nosso Município, que aumenta gravemente a pegada de carbono, também o problema da perda de cerca de 38% a 40% da água que o Município compra, e nas obras que promoveu, relativamente à renovação de algum pavimento aqui em Loulé, não foram objeto de um planeamento para a renovação das condutas que são responsáveis por perdas enormes, como o foi o caso do que aconteceu no dia da Festa da Noite Branca, em Loulé, que esteve mais de 5 ou 6 horas sem água, exatamente por esse motivo, rotura, que faz parte dos tais 40% de água que o Município compra e que perde para a terra, e que os munícipes têm que pagar, e de um modo geral, nessa vertente ambiental do Senhor Presidente da Câmara, e das suas preocupações com as alterações climáticas, questionou, se a sua sensibilidade nestas matérias não se coloca? Ou não se coloca, em matéria de investimento de renovação das condutas em geral, que é um problema gravíssimo.-----

Por último, falou do problema do Canil Privado na Cabanita, e do apoio que esse Canil dá aos animais, questionou o Senhor Presidente da Câmara, se foi emitida



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

uma Ordem de Demolição, ou se foi uma Ordem de Embargo, e qual é a data ou prazo dessa Ordem.-----

Seguidamente, pediu a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte, António Martins**, dizendo que gostaria de contribuir com alguns esclarecimentos relativamente a algumas coisas que foram ditas, e dirigindo-se ao Senhor Deputado Carlos Martins (BE), disse que a Câmara não tinha capacidade para transportar as refeições escolares, quando foi iniciado o 1.º mandato do PS, as refeições escolares eram transportadas por uma carrinha velha da Câmara, que não tinha condições de higiene nem de controle de temperatura, e por carrinhas das Juntas de Freguesia, de transporte de pessoal, o que é manifestamente ilegal, porque o transporte de refeições tem regras, e muito restritas, e neste momento as refeições escolares são transportadas em viatura apropriada, com controle de temperatura, são armazenadas nas Escolas, em estufas, eventualmente poderá haver alguma estufa avariada, são controladas as condições pela Direção Regional de Saúde, que faz vários controlos anuais, e que faz relatórios, apontando as anomalias, ou não, também há um relatório bianual feito por uma nutricionista, relativamente à qualidade das refeições, e a Câmara tem 2 Técnicas de HCCP, que acompanham em permanência, todas as Cantinas, e as condições de higiene e confeção das refeições, e dito isto, é óbvio e compreende perfeitamente que pode haver problemas na confeção, não na qualidade dos alimentos, o que tem a ver com as cozinheiras que estão na altura na cozinha, e a algum outro problema que possa ter surgido, e como disse o Senhor Presidente da Câmara, pode e não é nada que não possa ser resolvido, claro que é verdade que são necessárias mais cozinhas para as Escolas, mas as cozinhas que existem são praticamente as mesmas que existiam no tempo do Executivo PSD, mas há mais uma pelo menos, e o sistema de confeção e distribuição, embora com outras condições, mantem-se, portanto não vê o que é que pode ser criticado, e para quem não sabe, as refeições são pagas a 1,46€ pelas crianças que não têm escalão, e desse valor, o Ministério da Educação dá à Câmara mais 0,22 cêntimos, para pagar as refeições, mas a grosso modo, 50% das nossas refeições são para crianças com escalão, sendo que as crianças de escalão A não pagam nada, e o custo da refeição é integralmente suportado pelo Município, e as crianças de escalão B pagam metade do custo da refeição, ou seja 0,76 cêntimos, e no final de 2017, cada refeição escolar custava ao Município, em média, com tudo contabilizado (géneros, ordenado das cozinheiras, gás, eletricidade, material de limpeza, etc.) de 2,5€, e como tal, há uma discrepância grande entre o dinheiro que o Município recebe dos pais, ou do Ministério da Educação, e o que paga por refeição, e esta diferença é integralmente suportada pelo Município, e quando se fala na questão, de ganhar dinheiro ou não ganhar



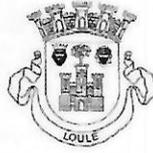
## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

dinheiro, as refeições já custavam sensivelmente a mesma coisa em 2014, e a empresa que estava na Escola Padre Cabanita e em Almancil, não era em todo o Concelho, cobrava 0,86 cêntimos por refeição, portanto, se os pais pagavam 1,46€ por refeição, e o Ministério dava mais 0,22 cêntimos, é só fazer as contas, e quando se optou por contratar uma empresa externa para fazer o transporte das refeições, foi exatamente para garantir que elas eram transportadas em condições de temperatura e de higiene, que infelizmente, nem a Câmara nem as Juntas de Freguesia, tinham competência, nem capacidade para o fazer na altura.-----

Foi dada a palavra à Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, que sobre o testemunho do cidadão Sr. José Neves, e em consonância com as intervenções dos Senhores Deputados Joaquim Vairinhos (PS), e Carlos Martins (BE), com as quais concorda e reforça, que de facto a verdade tem que ser reposta, e que num estado de direito, tem que se averiguar a verdade dos factos, porque a força do Executivo tem os seus limites, a título de exemplo, segurança jurídica, transparência e verdade.-----

Falou também do estacionamento em frente ao Tribunal de Loulé, dizendo que foram reportadas algumas situações de aplicação de multas a Magistrados e Funcionários do Tribunal, entre as 18 horas e as 19 horas, questionando o Executivo se tinha conhecimento desta situação, e se houve alguma alteração relativamente à isenção anteriormente estabelecida, se houve qual a razão, porque os Funcionários Judiciais estão descontentes, até porque se as viaturas ficam estacionadas após as 16 horas, em frente ao Tribunal, é porque o trabalho assim o exige.-----

Referiu o problema do aumento das casas móveis e pré-fabricadas, dizendo que a Comissão Nacional do Território, veio recentemente recomendar, que é os Municípios que devem adotar o entendimento de que estas estruturas, quando são estruturalmente ligadas ao solo, se encontram sujeitas a controlo prévio da Administração, como tal, questionou o Executivo, se pode elucidar esta Assembleia, do número de situações existentes no nosso Concelho, em que ponto estamos nas situações identificadas, e quais é que são os mecanismos deste Executivo para o controlo prévio desta realidade, esperando sinceramente que a resposta não seja, aguardamos queixas, como aconteceu com o caso do Canil, em que a Câmara deixou chegar ao ponto de rotura, que hoje todos conhecem, pois o Executivo tem, naturalmente, que assumir as suas responsabilidades e não pode pensar apenas no momento, no agora, no imediato, porque o uso indevido dos solos, a ausência de saneamento básico, e a captação de águas dessas construções, concorrem para um esgotamento de território e da danificação de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

um bem, tão apregoado por este Município, o ambiente.-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que do ponto de vista político quis fazer algumas afirmações, nomeadamente sobre o assunto a data do dia 25 de Novembro, dizendo que foi um episódio que se passou na nossa história recente, mas que não pode branquear ideologicamente, a data do dia 25 de Abril, como supostamente está a ser pretendido, e por estes dias, tem havido na Assembleia da República, nalguns setores Político-partidários da direita, o objetivo de branquear o 25 de Abril, o 1.º de Maio, e até nomeadamente, o 5 de Outubro, é o que no fundo é o seu entendimento sobre o que se pretende, e nada pode branquear o dia que nos permitiu estar aqui.-----

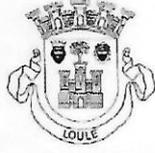
Sobre a questão das refeições, disse que foi um problema aqui levantado, e que tem que se resolver, e com certeza que se vai resolver, foi dito que algo foi melhorado ao longo dos anos, nomeadamente desde que o PS está como Executivo da Câmara Municipal, e com toda a certeza que esta questão levantada irá ser resolvida, seguramente.-----

Falou também de outra questão, relativamente ao pedido de um prazo para a conclusão das obras do Monte Seco, disse que do ponto de vista da obra, o Executivo iria responder, mas do ponto de vista político, referiu que em 2013 quando o PS foi lá fazer um Comício, mas dois antes, alguém mandou "tigenar" as ruas todas do Monte Seco, e nem um cano debaixo de chão, e neste momento sabe que nas obras no Monte Seco, as infraestruturas de saneamento estão prontas, e brevemente irão ser postas em serviço das populações, e em democracia temos responsabilidades, e tão importante é o papel da Oposição como o papel do Poder, e a Oposição só destrói.-----

Em relação à questão das perdas de água, nas redes de saneamento, disse que a rotura na Rua Afonso de Albuquerque, em Loulé, originada por um problema, que também não foi resolvido nos 3 mandatos anteriores do PSD, em 12 anos, que era precisamente um ponto de entrega nas Águas do Algarve, no elevado da Campina, ou nas Barreiras, e a pressão hidráulica naquela conduta não rebentava, portanto, no que toca a roturas, as percentagens? 40%? Os 40% que o Senhor Deputado João Guerreiro (PSD) falou aqui, até 2013 estava em 44%, é oficial, podem consultar a ERSAR, em 2018 estávamos com 35,1%, como tal entre 2013 e 2018, houve uma melhoria na ordem dos 11% relativamente a esta questão das perdas de água, mas temos que melhorar mais e temos exemplos muito concretos, as Empresas Municipais como na Infralobo, na Infraquinta, na Inframoura, onde temos tecnologia instalada precisamente para melhorar estas situações.-----

Usou também da palavra o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, que sobre este último assunto das perdas de água, disse que é verdade que há roturas, mas

*Handwritten signature and name:*  
[Signature]  
S. Vairinhos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

também há não pagamentos, e esses são 2 problemas da Câmara Municipal de Loulé, e todos os que usam a água têm que pagar, e a Câmara obviamente tem que pagar essa água à Entidade que explora as Águas do Algarve, e em relação ao problema das roturas, com toda a certeza que esse problema vai sendo resolvido a pouco e pouco, e cada vez mais.-----

Relativamente ao assunto da Policia Municipal, disse que foi Presidente da Câmara entre os anos de 1990 e 1999, e todo o dossier da Policia Municipal estava preparado para se iniciar esse processo, mas acabou em 2001, e talvez o Senhor Deputado Seruca Emídio saiba o porquê, porque fez tudo para que houvesse Policia Municipal em Loulé, fez tudo para que houvesse em Loulé Policia de Segurança Pública, porque achava que Loulé e Quarteira não tinham que ter a GNR, mas sim Policia de Segurança Pública, defendeu isso e defendeu a Policia Municipal, e porque é que não foi avante? No entender, alguém do PSD terá que explicar.-----

Por último, falou de uma questão que tinha a ver com o Parque das Cidades, nomeadamente com o Estádio do Algarve, ou o Estádio de Loulé/Faro, dizendo que já vai sendo tempo de se remodelar aquele Estádio, porque nada se faz lá, nada acontece ou raramente acontece, não sabe o que se passa com a Administração, porque parece que se esconde, e então é preciso mudar as coisas, porque aquilo custa muito dinheiro ao erário publico municipal, de Loulé e Faro, e quando as televisões anunciaram o Jogo de Portugal/Lituânia, falaram do frio que estava no Estádio, estava gélido, porque o Estádio não tem condições, é preciso reformular, tratar daquele Estádio em termos arquitetónicos, para que se possa tornar aquele espaço, num grande espaço, por onde passem grandes espetáculos, que atraiam multidões ao Algarve, porque o Algarve também precisa, porque os grandes concertos não passam pelo Algarve, porque nós não temos um espaço preparado para isso, e aquele Estádio foi pensado para isso também, e daí fazer esta sugestão ao Executivo, não sabendo se é possível ou não, mas era necessário, porque o que ali está neste momento é um desperdício, sem ser aproveitado e com os gastos que tem mensalmente e anualmente.-----

Foi dada novamente a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que gostava de responder a manifestações de Deputados desta Assembleia, que relativamente às intervenções dos nossos munícipes, disse que não foi só uma mãe que veio cá reclamar, foi também uma família que cá veio implorar que lhe salvaguardem o interesse e saúde da sua família, não só desta vez, mas sim por várias vezes, e o que acontece, é que reiteradamente, este Executivo não produz nada de forma a dar respostas a esta família e a este munícipe, e este munícipe, não tem outra forma, se não a de vir aqui, manifestar-se da forma que fez, e está legitimado para tal, e as respostas do Executivo são nulas às preces dos



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

municipes, e citando as palavras do líder do seu Partido, Sá Carneiro, disse "Se ser populista é saber realmente captar o sentido da realidade das pessoas, exprimir os seus anseios, angústias e frustrações, então nós somos verdadeiramente populistas", e o que o Grupo Municipal do PSD faz, é precisamente isso, fazer passar todos os anseios, angústias e frustrações das populações, e se isto é ser populista, então de facto é populista.-----

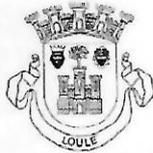
Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte, disse que não percebe se o cargo que ocupa é o de Vereador, se é o de Presidente da Câmara, se é o de Presidente de Junta de Freguesia de Alte, porque em vez de o ver a defender os interesses da sua Freguesia, está a defender o Executivo, quando deveria ser o próprio Executivo, a dar a resposta que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia deu, e como tal, acha que deveria estar sentado na Bancada do Executivo, como Vereador.-----

Pedi também a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, e dirigindo-se ao Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), e sobre a questão do Parque das Cidades, perguntou porque é que deixou ir embora 10 milhões de euros para Lisboa? Era uma boa questão para responder, em vez de dizer que aquilo era para ser uma arena mas foi transformada num quintal, ou seja, quem mandava transformou aquilo num quintal para jogar futebol, quando aquilo era uma arena, havia um programa de 10 milhões de euros pagos por uma empresa aqui do Concelho, e que deixaram ir para o Turismo de Portugal, as responsabilidades são de Loulé e Faro, e como tal, não devia vir para aqui com demagogias.-----

Falando de demagogias, dirigiu-se ao Senhor Deputado Carlos Costa (PS), dizendo que a demagogia feita pelo Senhor Deputado, de que estão a poupar água, afirmou que a Câmara não sabe é para onde vai a água, ninguém diz que a água se perde, não sabem é aonde é que ela é consumida, e isso foi até reconhecido há uns meses atrás pelo Senhor Presidente da Câmara, toda a gente sabe isso. Outro aspeto, disse que quando o Vitor Faria, tão esquecido nesta Assembleia, ofereceu os serviços técnicos, da Infraquinta, precisamente para tratarem deste assunto, e ninguém na Câmara pegou no assunto, sabe, porque esteve presente.---

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, e respondendo ao Senhor Deputado Fernando Santos (Independente), disse que em relação ao valor dos 10 milhões de euros, em relação ao Estádio, em relação ao Pavilhão Multiusos, o Senhor Deputado deve perguntar à CCDR Algarve, e ao Senhor Presidente da CCDR Algarve, Dr. João Guerreiro.-----

Sá Carneiro



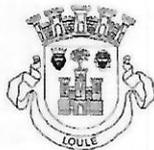
## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Segundo ponto, disse ao Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), que para ser populista era preciso ser popular, e o Senhor Deputado não é popular.-----

Pedi também a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, em defesa da honra, dizendo que já não é a primeira vez que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte, António Martins, utiliza esta Câmara como bem entende, para responder diretamente aos Deputados Municipais quando questionam diretamente a Câmara, e raramente o vê aqui a defender a sua Freguesia ou apontar algum problema da sua Freguesia, realmente haverá certamente, de qualquer forma e sobre a sua questão, tem que lhe agradecer uma vez que se antecipou à resposta da Câmara, nomeadamente, agradecer pelos esclarecimentos prestados sobre as refeições escolares, tendo ficado confuso, se ainda ocuparia o cargo de Diretor da Divisão de Educação da CML, porque já o foi no mandato anterior, parece que fez um bom trabalho, mas continua agora a por em causa as coisas, porque diz que se fazem relatórios anuais, relatórios bianuais, que há duas Técnicas que acompanham este assunto, e tal como já disse, acredita que a situação aqui descrita pela cidadã, terá sido uma situação ocasional, porque de facto a qualidade das refeições tem vindo a ser melhorada, contudo, dispensa esclarecimentos sobre esta matéria, por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte, porque estas questões deveriam ser respondidas pelo Senhor Presidente da Câmara ou pelo Executivo, e em relação ao que foi dito, disse que ficou grato por saber que a Câmara não tem condições para transportar as refeições das crianças, antes não tinha condições, mas agora não se justifica, porque tem dinheiro e pode começar a comprar viaturas apropriadas.-----

Pedi novamente a palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, respondendo ao Senhor Deputado Carlos (PS), que nunca tentou branquear a data do dia 25 de Abril, antes pelo contrário, porque o dia do 25 de Novembro permitiu foi que continuássemos em liberdade, e foi isso que deu o dia 25 de Abril, ou seja, o dia 25 de Novembro, foi outro 25 de Abril, e que a democracia é permitir que todos falem, e defendam os seus ideais, que é o que faz.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte, António Martins**, que sobre as intervenções anteriores dos Senhores Deputados da Oposição, disse que obviamente era Presidente da Junta de Freguesia de Alte, obviamente era Deputado Municipal desta Assembleia, obviamente que também é competência dos Presidentes de Juntas de Freguesia a área da educação, e não foi Diretor da Divisão de Educação, foi Chefe da Divisão de Educação durante 4 anos, onde teve a honra de trabalhar e implementar a política que o Senhor



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Presidente da Câmara e a sua Vereação, lhe pediram para implementar, e por ter conhecimento, ao pormenor, dessa política, e como nesta Assembleia os Senhores Deputados e o Público, têm o direito de serem esclarecidos sobre o que se passa no nosso Município, e porque sabe, tal como o Senhor Deputado Seruca Emídio, enquanto Presidente de Câmara, não tinha conhecimento das queixas que haviam sobre as refeições escolares, também o nosso atual Presidente da Câmara, Dr. Vítor Aleixo, por vezes não tem conhecimento pormenorizado sobre este assunto, e quando questionam na Assembleia sobre certas matérias sobre as quais tem conhecimento, obviamente que responde e irá responder sempre, sobretudo aos munícipes que aqui vieram.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, dizendo que como é habitual, o seu nome vai sendo sempre visado nas Sessões da Assembleia Municipal, é sinal que ainda se lembram, para o bem e para o mal, e deve a todos os que o apoiaram nas suas eleições, e que continuam a confiar em si, algumas explicações de acusações que aqui foram feitas pela Bancada do PS, mas hoje presenciou uma situação, a das refeições escolares, e dirigindo-se à cidadã Andreia Sousa, disse que em seu nome pessoal e naquilo que lhe toca, com toda a humildade dos 12 anos em que esteve como Presidente Câmara, pediu desculpa, como responsável na altura, pelas refeições escolares, se algumas não estiveram bem, porque a sua intenção, tal como pensa que será a mesma do Dr. Vítor Aleixo, é que as coisas corram o melhor possível, agora quando se senta naquela cadeira, com arrogância, e pensar que tem razão em tudo o que diz, e dizer que o que outros dizem não corresponde à verdade, as coisas vão mal, e tal como dita a história, as ditaduras começaram assim, com a falta de capacidade de ouvir, falta de humildade, falta da noção da realidade do que se passa lá fora, mas faz questão de dizer ao Senhor Presidente Vítor Aleixo, que está no poder há 6 anos, com mais 2 ainda deste mandato, serão 8 anos, e que já seria tempo de pensar, que depois de si virão outros, e os que virão depois de si, tal como dizia o seu avô, irão fazer a avaliação daquilo que o Senhor fez, e contrariamente ao que disse há pouco o Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), no seu tempo, nunca ninguém veio a esta Assembleia, reclamar sobre as refeições escolares, e é uma humilhação para o atual Presidente da Câmara, depois de o ter acusado de ganhar dinheiro com as refeições das crianças, nesta Sessão a seguir, vem aqui uma cidadã fazer queixas sobre a qualidade das refeições escolares, o destino tem destas coisas, é uma ironia, mas é bem feito, porque nós temos efetivamente, de ouvir as pessoas, ter humildade para trabalhar com elas, e para resolver os problemas, porque não há ninguém que consiga dominar uma casa com 2.000 funcionários, quanto muito, podemos escolher os melhores para desempenhar os cargos de chefia, podemos efetivamente por a casa a funcionar melhor do que

Simone



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aquilo que está a funcionar, há sempre falhas, e essas falhas têm que indo sendo corrigidas, não é dizer que não se pode fazer nada.-----

Sobre a situação do Canil, disse que nunca teria chegado àquele ponto, se a Câmara tivesse atuado quando começaram a contruir, aquela construção não foi feita durante a noite, nem num dia, e este tipo de situações, na nossa terra, as coisas devem melhorar.-----

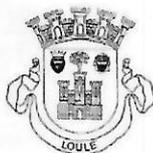
Referiu também outro aspeto, que na última Sessão da Assembleia, questionou o Executivo, se as obras na Av.<sup>a</sup> José da Costa Mealha contemplavam a substituição das condutas de água, porque no seu entender, era uma oportunidade de substituir as condutas de água, que são de ferro galvanizado, que têm mais de 40, 50 anos, têm roturas constantes, e no interesse do Município, no interesse de todos nós, era importante que o Planeamento e a Câmara, pensassem nisto, porque vão ser gastos milhares de euros, na repavimentação, e estão a substituir os pluviais, porque não substituir também as condutas de água da Avenida José da Costa Mealha nesta obra? Deixou explícito, que corremos o risco de ao fim de uma semana, ou de 1 dia, 1 mês, ou 6 meses, haver outra rotura, e lá vão abrir outra vez buracos e por em causa o tapete de alcatrão que lá foi colocado, e foi por isto que fez essa pergunta, que não foi respondida.-----

Disse que também na última Sessão, tinha colocado outra questão ao Executivo, que não foi respondida, se o terreno que a Câmara de Loulé e a Câmara de Faro deram ao INEM, no Parque das Cidades, para a construção do INEM, já foi devolvido à Câmara Municipal?-----

Reiterou que, quando levanta estas questões, é no interesse do Município, não é no interesse particular.-----

Por fim, e sobre a questão da Segurança, dirigiu-se ao Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), e disse que era verdade que o Senhor Deputado, enquanto Presidente da Câmara, era um grande entusiasta da Policia Municipal, mas quando tomou posse, não era tão entusiasta como o Senhor Deputado, porque pensava que não era a Policia Municipal que ia resolver os problemas de segurança, era sim, mais um encargo grande para a Câmara, em que tínhamos que ter situações de armeiros e outras, e a Câmara não estava preparada para o desempenho dessas funções, contudo, lutou pela implementação da PSP em Loulé, que tinha como destino, as instalações do antigo Centro de Saúde de Loulé, mas por aquilo que se apercebeu, a GNR mexeu-se de tal forma, que não permitiu que a PSP viesse para Loulé.-----

Pedi novamente a palavra o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, referindo que iria usar uma metáfora e responder ao Senhor António Farrajota (CDS), dizendo que o Partido do CDS, tinha branqueado o 25 de Abril, tanto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

branqueou, que transformou o cravo vermelho em cravo branco, e não votaram a Constituição, e que ficava por aqui, porque é histórico e faz parte de um processo, e para si, esta questão está esclarecida, e por isso agora falam no 25 de Novembro, há anos atrás não falavam no 25 de Novembro.-----

Relativamente à questão da Policia Municipal, disse que a sua Policia Municipal, não tinha armas, não era necessário haver armeiros, era uma Policia Social, Cívica, que faz falta, porque já vê novamente as ruas sujas com dejetos dos animais, e já vê uma serie de procedimentos antissociais, em que há a necessidade de uma Policia Municipal, porque a GNR não resolve, nem tem capacidade de resolver, e a Policia Municipal Cívica, pode ser uma peça fundamental, no auxilio para resolver alguns problemas, e essa era a sua visão.----

Sobre os mandatos dos 3 Presidentes aqui presentes, disse que se fizeram coisas boas e coisas más, mas todos fizemos o melhor que nos parecia, e de acordo com o dinheiro que havia, e deixaram obras e planos, para serem continuados.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que em Defesa da Honra, se dirigiu ao Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), dizendo que não sabia que a cor tinha tanta importância, e o que significa o cravo branco, porque é um cravo, é que estamos com um movimento, não estamos com a apropriação do 25 de Abril, só por determinados Partidos Políticos.-----

Para responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais, foi dada a palavra ao Executivo, tendo o Senhor Presidente da Câmara dado primeiro a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo**, que sobre o assunto da plantação de árvores, e das árvores que morreram, referiu que só em 2017 se plantou 7.000 árvores, em 2018 foram 8.400 árvores, e em 2019 até à data de hoje já se plantaram 7.500 árvores, e é verdade que nem tudo corre bem, e em 2017, de facto as coisas não correram como esperado, porque a Câmara foi parceira de um projeto que foi proposto pelo Zoomarine, que é a Montanha Verde, que vai na sua 3.ª edição, e nessa altura, não foi possível a Câmara escolher as espécies, estávamos num ano de extrema seca, e as espécies que foram colocadas, não eram as mais adequadas para o local em questão, situação essa que foi devidamente alterada em 2018, e mais recentemente também em 2019, e em 2019, além de uma simples plantação de cerca de 5.500 árvores, a plantação que foi feita na Cortelha, tem outro objetivo, o de criar, com os ciprestes, que foi das espécies que foi plantada, uma cortina de proteção, no âmbito da Floresta contra Incêndios, e com estes gestos, podemos contribuir para alterar os efeitos nefastos das alterações climáticas.-----

*Sumário*



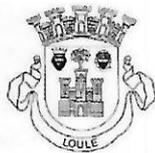
### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

De seguida usou da palavra a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), sobre a possibilidade de regularização ou de suspensão do PDM, para integrar ou legalizar a construção do Canil na Cabanita, disse que não era possível, não há nenhum instrumento, nenhuma legislação, que permita à Câmara isso, ao contrário das situações que referiu, para Declaração de Interesse Público Municipal, vieram aqui ao abrigo de um Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas, foi uma Lei Nacional que permitiu regularizar algumas situações, pontuais, e só por um período curto de tempo, que já passou, e a Câmara não vai branquear situações de ilegalidade, o que se vai tentar resolver, e criar, é condições para equipamentos desta natureza, terem espaços adequados para serem implementados, a Câmara não vai branquear com a revisão do PDM, situações de ilegalidades, que foram promovidas conscientemente por quem as fez.-----

Sobre a questão colocada pela Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), e para esclarecer, a questão do Sr. José Neves, vai ser devidamente averiguada, sem dúvida nenhuma, mas o que reitera, e afirma, é que assinou um Despacho de Embargo, e tem a nota de que o Despacho foi efetivamente notificado à Empresa, no local e no dia 18 de Novembro de 2019, e os Fiscais da Câmara, afirma que fizeram o embargo e notificaram que a obra não podia prosseguir, poderá haver uma discrepância nos documentos que nos entregaram e na ordem emanada pelo Executivo, em relação à atuação dos mesmos, mas esta situação vai ser devidamente averiguada, e até ao momento não havia razão nenhuma para acreditar no que foi aqui dito, mas por isso mesmo vai-se averiguar.-----

Quanto à questão das casas pré-fabricadas, a Câmara já reiterou aqui por diversas vezes, é um flagelo, não só deste Município, mas do Algarve e do País, porque com as dificuldades que há por parte das pessoas, em encontrarem casas, e com os preços das habitações praticados, as pessoas acham que este é um modo fácil de conseguirem, e referiu que não tem um número preciso, mas pode dizer que assinou nos últimos tempos, muitos Despachos de Embargo, e muitos Despachos de Demolição, das chamadas casas pré-fabricadas, e a Câmara não atua só por queixas.-----

Em relação à questão do Despacho dado ao Canil na Cabanita, de que tipo de Despacho se tratava, disse que o Despacho dado foi um Despacho de Demolição, que foi assinado por si, e foi a medida de tutela da legalidade urbanística que foi proposta, pelos Serviços, atendendo a que a obra é insuscetível de legalização, e própria Lei diz, sendo a obra insuscetível de legalização, a medida de reposição da legalidade urbanística adequada, é a demolição.-----



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Seguidamente usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara**, que em primeiro lugar e sobre as obras públicas municipais, o que assistimos atualmente, é uma crítica relativamente a que as obras foram mal pensadas, que são caras, que as obras levam muito tempo para serem concluídas, que as obras são feitas sem grande critério, e ainda há 1 ano, se ouvia, não fazem obras nenhuma, têm uma conduta de entesourar o dinheiro, mas finalmente, parece que agora há um grande volume de obras, e que esse volume de obras, agora incomoda a Oposição, e como têm sempre que ter uma posição de crítica destrutiva, agora já não podem dizer que não há obras, porque elas estão à vista por todo o Concelho, e agora as críticas são, não deviam ser aquelas, ou porque são muito caras, ou porque não são feitas ao ritmo que gostariam, pelo que, vai explicar tudo, dizendo que as obras são feitas num contexto, num contexto da economia do País, e com a crise há uns anos atrás, uma das consequências foi terem desaparecido muitas Empresas de Obras Públicas, e hoje, a capacidade produtiva do País para produzir obras públicas, está fortemente afetada, há um défice de resposta do mercado, em relação à procura de obras públicas municipais, como tal e em relação à questão colocada sobre as obras no Monte Seco, confirmou que era uma obra que estava atrasada, porque encontraram dificuldades, mas a obra vai ser feita, e no tempo do Senhor Presidente Seruca Emídio, pavimentaram a estrada e não puseram lá, nem água, nem esgotos, podiam tê-lo feito, para não falar também do exemplo da Rua Serpa Pinto, aqui em Loulé, que em 12 anos, foram feitas pelo menos 3 recargas de pavimento, e nunca mudaram nem a rede de esgotos, nem a água, foi já este Executivo, no mandato anterior que o fizemos, para não falar de mais exemplos, porque há outros exemplos na cidade de Loulé, e tem reconhecido publicamente os seus erros, quando alguma coisa corre mal.-----

Sobre a Estação de Vale Formoso, disse que se havia um protocolo para encerrar a Estação, referiu que não defende essa solução, porque nós vamos ter no futuro, a mobilidade de comboio, e vai ganhar uma importância que hoje não tem, porque a Linha do Algarve, de acordo com o Plano de Investimento do atual Governo, vai ser remodelada, vai ser eletrificada, vai ser renovada, e esse modo de transporte para o Algarve, é ambientalmente, altamente sustentável, e muito conveniente para todos nós, como tal, não vale a pena fechar pequenas Estações, porque no futuro, com o modo elétrico de circulação na ferrovia, vai ser muito importante para os cidadãos, portanto, não se irá fechar aquele Apeadeiro, a não ser que apareça algum argumento para tal.-----

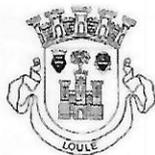
Ainda sobre a questão das refeições escolares, disse que não vê mal nenhum que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte, António Martins, que antes foi o Chefe de Divisão de Educação, venha dar um contributo para o debate que está a acontecer neste Plenário, e que traga toda a informação que ele adquiriu, fruto da sua experiência quando desempenhou funções, o que agradece, porque



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

trás informação importante, e muitas vezes quando fazem aqui perguntas, nem sempre há resposta na ponta da língua para tudo, porque às vezes há dados que escapam, como tal, vê de uma forma muito positiva, a contribuição do Senhor Presidente da Junta, e voltando ao assunto das refeições, disse que talvez não se tivesse exprimido bem, e que estava disponível para receber no seu gabinete os pais, e aquilo que houver para corrigir, vai ser corrigido, porque este Executivo está aqui para melhorar tudo o que for possível melhorar, mas sabe que no capítulo da alimentação escolar, em geral nas Escolas, estamos muito bem conceituados, relativamente àquilo que o Executivo faz, e são os pais, os professores, toda a gente reconhece isso, e se um dia, ou nalgum período concreto, a alimentação não correu bem, vamos ver, e essa situação vai com toda a certeza ser resolvida, e no tempo do mandato do Dr. Seruca Emídio, haviam várias Escolas, a Câmara pagava às Empresas que forneciam as refeições 0,96 cêntimos, e os pais pagavam 1,45€, isto pode ser legal, mas está errado.-----

Relativamente à questão hídrica, que hoje é aqui tão falada, e muito bem falada, que é um dos maiores problemas do Município, é que nos 45 anos de democracia local, tínhamos a maior do nosso território sem Infraestruturas de distribuição de água, e esgotos, e levámos 40 anos a ultrapassar esse défice, esse atraso que tínhamos em relação aos Países Europeus, mas conseguimos, e nesta altura, é natural que muitas redes estejam obsoletas, com fugas, mal conservadas, e assumimos que temos muitas perdas na rede, e tal maneira assumimos que sob a sua orientação, e com a sua direção política, há pouco tempo, na última alteração da Orgânica da Câmara Municipal, criou-se um Gabinete para a Eficiência Hídrica, claro que podem dizer que é mais um Gabinete, mas não é, porque vão ver resultados, e o Executivo está a trabalhar de uma forma sistemática, até porque, temos no Concelho de Loulé, o melhor que há no País em eficiência hídrica, e as duas Empresas mais eficientes na distribuição de água no País, são do Concelho de Loulé, que é a Infraquinta E.M., e a Infralobo E.M., e quanto à contabilização das perdas de água na rede estão, Bombeiros, regas de jardins, espaços públicos, lavagem de ruas, roubos de água, e bypasses, neste último deu o exemplo do caso dos vários proprietários em Vale do Lobo, que não pagavam água, tinham bypasses e não tinham contadores instalados, houve queixas, a Câmara chegou lá e cortou a água, foram-se queixar à ERSAR, aos Tribunais, tudo, fizeram tudo, até artigos nos jornais, e no final, o Juiz deu razão à Câmara, e todos foram fazer contratos à Câmara e hoje todos pagam água, isto também fez baixar a percentagem de perdas de água, também por causa de medidas destas. Referiu também que neste momento está a ser feito o Cadastro Georreferenciado, e que neste momento o foco está em Salir, onde há muitas perdas de água, e vai-se trabalhar lá para se fazer o Cadastro da Rede, e está orçamentado no orçamento que vai ser apresentado aqui hoje, cerca de 200.000€ (duzentos mil euros), para comprar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

contadores inteligentes, instrumentos de medição, para podermos saber onde é que é perdida a água, para de seguida ir lá e fazer a obra competente para diminuir essas perdas de água, e para um problema tão grande, ninguém pode exigir resultados imediatos, e no seu entender, a Câmara está a trabalhar bem, também nesta área.-----

De seguida, dirigiu-se ao Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), dizendo que não podia dizer, que o Executivo não tem capacidade de escutar as pessoas, isso não é verdade, porque as pessoas têm toda a possibilidade de falar com o Executivo, todos os Vereadores atendem o público, incluindo o próprio, as Reuniões de Câmara são todas públicas, o que não acontecia no tempo do mandato do PSD, não há reuniões à porta fechada, e muitas pessoas vêm às 4.ªs feiras às Reuniões de Câmara, trazer os seus problemas, expõem-nos, às vezes levam respostas que não são do agrado das pessoas, outras vezes resolvem-se os problemas.-----

Sobre a questão das multas dos Magistrados, disse que desconhece o assunto, não sabe se será a GNR que multa, reafirmando que desconhece este assunto em absoluto, mas que iria averiguar, porque acha inadmissível que os Magistrados sejam multados, há lugares reservados para eles, podem não ser em número suficiente, caso seja o caso, pode-se ceder mais alguns lugares, mas não se pode ceder lugares para todos, porque entre Magistrados e Funcionários, devem ser mais de 30, e não pode ser dado um lugar a cada um.-----

Relativamente à questão do terreno do INEM, dirigiu-se ao Senhor Deputado Seruca Emídio, dizendo que o PSD disse que tinha cedido o terreno, mas que não aconteceu lá nada, e este Executivo do PS, já negociou com o INEM e neste momento têm um terreno, vão ser construídas lá instalações do INEM, Regionais, na cidade de Loulé, o INEM do Algarve vem para Loulé, e o CODU que tinha ido para Lisboa, vai regressar ao Algarve, justamente para estas instalações do INEM, portanto, não serve de nada ceder terrenos, porque às vezes as coisas não correm bem, e ao Senhor Deputado Seruca Emídio, não correram bem, e agora, fruto do seu esforço político e diplomático, este Executivo PS conseguiu trazer para Loulé, o INEM e o CODU.-----

Terminados os esclarecimentos e intervenções sobre este ponto, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

### 5-Moções:-----

A Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), informou que deram entrada 2 Votos de Pesar, um do Grupo Municipal do BE "Voto de Pesar pelo falecimento de José Mário Branco", e outro do Grupo Municipal do PS "Moção (Atualidade) de Pesar pelo Falecimento do cantautor José Mário Branco", para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

apresentarem os Votos de Pesar, foi dada a palavra aos proponentes.-----

Relativamente ao Voto de Pesar do Grupo Municipal do BE, "**Voto de Pesar pelo falecimento de José Mário Branco**", foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo este que gostaria de fazer a leitura do mesmo.-----

De seguida usou da palavra o proponente do Voto de Pesar do Grupo Municipal do PS, Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, propondo que a Moção do PS fosse associada ao Voto de Pesar do BE, porque José Mário Branco diz muito à Esquerda e à Democracia, e assim sendo, alguns parágrafos da Moção do PS fossem compostos pelo Voto de Pesar do BE, pois são questões muito simples, tendo passado de seguida a lê-las.-----

A Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), sugeriu que os proponentes destes Votos de Pesar, do Grupo Municipal do BE e do Grupo Municipal do PS, fizessem a leitura dos mesmos, e que depois, como em breve vai realizar-se outra Sessão da Assembleia, no próximo dia 13 de Dezembro, ficava hoje aqui registado o conteúdo, e depois chegam a um entendimento e será votado na próxima Sessão, deixando à consideração dos proponentes esta proposta.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, proponente do "**Voto de Pesar pelo falecimento de José Mário Branco**", dizendo que há aqui várias situações, o texto pode ser sempre engrandecido, posteriormente à leitura de cada Voto de Pesar, e se o PS aceitar, o BE pode engrandecer com os conteúdos que o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)** referiu anteriormente, mas de facto é importante ler-se e hoje deliberar-se, pelo menos, aquilo que nós estamos aqui a manifestar e enviar para a família, e não devemos estar a demorar mais tempo, porque depois já não faz muito sentido, como tal, acha que se deve aprovar hoje, e depois nós próximos dias o representante do PS, manda acrescentar o que quer, altera-se, confirma-se e envia para os Serviços da Assembleia Municipal a versão final.-----

A Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), concordou, dizendo que achava razoável a proposta do Senhor **Deputado Carlos Martins** do BE, desde que todos concordassem.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que votariam a Moção, com as inclusões sugeridas pelo PS.-----



#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

O Senhor **Deputado Carlos Martin (BE)**, sugeriu que as duas propostas, fossem lidas pelos proponentes e que deviam ser votadas, e que posteriormente se fizesse uma proposta única baseada nas inclusões e sugestões do PS, passando de seguida à leitura da sua proposta, "**Voto de Pesar pelo falecimento de José Mário Branco**", que será anexa a esta Ata e fará parte integrante da mesma.-----

Seguidamente também usou da palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que procedeu da mesma forma à leitura da proposta do PS "**Moção (Atualidade) de Pesar pelo Falecimento do cantautor José Mário Branco**", que será anexa a esta Ata e fará parte integrante da mesma.-----

Após a leitura dos Votos de Pesar, a Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), pediu a todos os presentes para se levantarem e prestarem 1 minuto de silêncio, conforme proposta do BE, em homenagem ao falecido José Mário Branco.-----

De seguida e como acordado, a Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), passou de seguida à votação do "**Voto de Pesar pelo Falecimento de José Mário Branco**", tendo sido **aprovado por unanimidade** por todos os Senhores Deputados Municipais.-----

Pediu também a palavra o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, dizendo que gostaria de fazer referência, à ligação entre José Mário Branco e Loulé, e que houve um acontecimento em 1989 em que a Casa da Cultura, desejou trazer o Carlos Paredes, a um espetáculo ao Cineteatro Louletano, mas a Câmara Municipal e Senhora Vereadora da altura, não autorizou esse espetáculo, e esse espetáculo foi-se realizar na Escola Secundária de Loulé, com um grande protesto pela maior parte das pessoas ligadas à Casa da Cultura, e ligadas à Esquerda de Loulé, e quando a Câmara Municipal, muda em 1990, o primeiro artista convidado para festejar o 25 de Abril, em Loulé, foi o José Mário Branco, e era isto que salientar.-----

Terminadas todas as intervenções sobre este ponto, prosseguiu-se para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

#### 6-Período da Ordem do Dia;-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Setembro;-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que começou por dizer, que tinha olhado com alguma atenção para este Relatório, e que gostava de realçar algumas breves notas, dizendo que quando olha para o número de refeições escolares confeccionadas que constam, quer no Relatório de 2019, quer no Relatório de 2018, verifica que são exatamente iguais, embora obviamente seja uma média, ou houve algum erro técnico "*copy paste*" em relação aos números, de todas as Escolas do Município, do ano passado, para este ano, ou será certamente uma grande coincidência, e a média é exatamente igual.-----

Quando analisou as Atividades Financeiras, verificou que a taxa de execução da receita, decaiu de um ano para o outro, de 58,9% para 51%, demonstrando que as coisas não estarão bem previstas ou não estarão tão bem executadas como se esperaria, porque há aqui uma quebra de 7,8% relativamente à receita, e quanto à despesa, embora não tão grande, também se verifica uma queda de 1,3%.-----

Relativamente à execução orçamental, disse que se verificava que em 2019, há um aumento gradual dos impostos indiretos, sobretudo, alavancado pelo IMT, quando a tendência deveria ser de facto para baixar.-----

Quanto à execução orçamental da despesa, disse que se verifica um aumento brutal de despesa, sendo que, de 2017 para 2018, a despesa cresceu 5,29%, e de 2017 para 2019, cresceu 27,27%, e isto tem uma influência clara na rúbrica com o Pessoal, defendida pelo Senhor Vice-Presidente, e obviamente com uma linha de orientação própria do Partido Socialista, que é legítima e que o PSD respeita, mas de facto os números transparecem que há um aumento brutal e incremental na despesa, e em relação a todos os outros Municípios, teve o cuidado de comparar, e foi à PORDATA, e ficou perplexo com as estimativas que temos, e para que todos tenham uma ideia, quando analisaram Trabalhadores da Administração Pública, por local, por cada 1.000 habitantes, num período de 4 anos, o Município de Lisboa tinha 15 trabalhadores por 1.000 habitantes, em 2014, em 2015 igual, em 2016 igual, e em 2017, novamente 15 trabalhadores, e no Município de Loulé, nos mesmos 4 anos, em 2014 cerca de 22 trabalhadores por cada 1.000 habitantes, em 2015 cerca de 21 trabalhadores, em 2016 outra vez 22 trabalhadores, e em 2017 também 22 trabalhadores por cada 1.000 habitantes, ou seja, o Município de Loulé, teve sempre quase a mais 40% a 50% trabalhadores por cada 1.000 habitantes, do que o Município de Lisboa, e em comparação com outras cidades perto de nós, como o Município de Portimão, que é muito proporcionável com a cidade de Loulé, em 2014 tinha cerca de 15 trabalhadores por cada 1.000 habitantes, em 2015 igual, em 2016 igual, e em 2017 os mesmos 15 trabalhadores por cada 1.000 habitantes, o que demonstra que o Município de Loulé, está claramente muito acima do que é a média nacional,



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

e quando se analisa outra rúbrica, que é a de despesa de pessoal per capita, os números ainda são mais alarmantes, comparando o Município de Loulé com o de Faro, em 2014, Loulé tem 362,37 euros por pessoa, em 2015, 365 euros, em 2016, 369 euros, em 2017, 389, em 2018, cerca de 429 euros, quando em 2018, o Município de Faro teve 241 euros por pessoa, no mesmo ano, quase metade do valor da despesa, e é por isso que deixa aqui este alerta, da Bancada do PSD, de que as coisas não estão a correr bem, e em ciclos económicos desfavoráveis, pode-se estar a criar uma estrutura demasiado pesada, pode-se estar a criar um elefante, que seja difícil de gerir.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que queria realçar e também congratular o Executivo, sobretudo o Senhor Vice-Presidente, pelo nível de informação financeira prestada, sobretudo no que concerne ao investimento, e nos últimos anos, de exercício para exercício, a Câmara de Loulé tem feito um feliz caminho, e um grande desempenho, no tipo de informação prestada, e é muito importante para os membros da Assembleia Municipal, conhecerem os detalhes da aquisição dos bens de capital, sobretudo quando começam a atingir níveis tão expressos como os que atingem atualmente, e o mesmo se passa com as transferências financeiras, e hoje sabemos pormenorizadamente, para onde o dinheiro foi, expresso nas diferentes rúbricas orçamentais, também sabemos que até ao mês de Outubro, foi atribuído a Instituições sem Fins Lucrativos, 3.411.000 (três milhões e quatrocentos e onze mil euros) em transferências correntes, e 2.136.000 (dois milhões e cento e trinta e seis mil euros) em transferências de capital, isto totaliza 5.500.000 (cinco milhões e meio) de transferências.-----

Em relação ao que disse o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referiu que a taxa de execução da receita não caiu, até porque temos um aumento da receita em Outubro deste ano, de 7,2%, em relação a Outubro do ano passado, e por outro lado, o alavancamento do IMT nos impostos diretos, só demonstra e só beneficia a ação do Executivo, porque significa que o nosso Concelho, é cada vez mais atrativo, no fundo, temos uma política que permite atrair investimento, para o Concelho, o que é relevante e de realçar, disse também, que vê que o aumento dos impostos indiretos, ao nível do valores de 2018, e que não tem expressão para uma receita de 88 milhões de euros, e por outro lado, a história do aumento da despesa, disse que o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), tinha que ver que a aquisição de bens de capitais, em 2019, aumentou 53,7%, face a 2018, enquanto que as transferências de capitais, também aumentaram 62,1%, como tal, disse que não deve ter visto os mesmos números que ele.-----

Congratulou-se também, pelo trabalho que foi feito, pelo desempenho das Empresas Municipais e da Loulé Concelho Global, nestes 9 meses de análise de



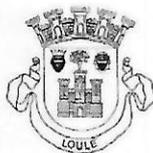
### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

desempenho, têm de receita 20 milhões de euros, com um resultado de 2.685.000 (dois milhões e seiscentos e oitenta e cinco mil euros), e isto é relevante, tem que ser realçado, e tem que ser feita a devida leitura, e neste momento, é um sucesso, as Empresas Municipais.-----

Seguidamente usou da palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, dizendo que era estranho que todos os anos, na Assembleia Municipal, hajam leituras dos números, sem pés nem cabeça, pelo que, gostava que pensassem um pouco melhor naquilo que é a realidade do Concelho, e em primeiro lugar, a informação financeira hoje existe porque o Senhor Vice-Presidente quer que ela exista, porque no passado, não era facultada pelo Eng.º José Graça, e o Dr. Hugo Nunes também não gostava de a dar, mas hoje tudo mudou, porque são as pessoas que mudam, não são os sistemas, e sobre o Relatório em si, disse que não é o IMT que está a suportar as contas da Câmara, e estamos muito longe de atingir os valores de 2006 e 2007, ainda estamos muito afastados da altura da crise. Referiu também, que quando se compara o número de trabalhadores desta Câmara, não temos comparação com ninguém, porque existem razões estruturais, e vem de sempre, todos os Presidentes, até a um determinado ponto, meteram 600 pessoas na Câmara, isto é histórico, não se pode falar do número de trabalhadores, num período curto, porque estamos a ignorar que isto já vem de longe, desde 1985 que estamos nesta situação, de ter muitos funcionários, e obviamente que recebem o ordenado porque têm direito de o receber.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, e falando sobre a atividade municipal, e sobre o estacionamento público e sobre uma questão levantada, sobre o estacionamento no Tribunal, disse que é para dias úteis das 8 horas às 18 horas, para Magistrados e Funcionários, e que, há um acordo de cavalheiros de que 18 horas às 19 horas, a LC Global não atua, como tal, não sabe se não serão outras pessoas a multar, mas se o Tribunal pedir à Câmara, alarga-se efetivamente o horário de estacionamento para as 19 horas.-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que gostaria de falar sobre a demonstração financeira, que desta vez, vem melhor elaborada e mais compreensível, e parece que finalmente foi compreendido o que solicitava o BE, ainda bem, em nome da transparência. Relativamente ao orçamento da receita, a taxa de execução, é de 51,1%, sem o saldo de gerência anterior, contudo, o que pretende saber, é com a integração das reservas neste orçamento, qual é na realidade o saldo verídico, ou a taxa de execução verídica. Referiu também, que ficaram a saber coisas que não sabiam, como o detalhe do



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

investimento, o detalhe das transferências financeiras, da dívida orçamental, das disponibilidades orçamentais, das disponibilidades totais, tendo todos ficado mais bem esclarecidos.-----

Foi dada novamente a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que de facto a informação financeira desta vez está muito clara, enaltecendo o trabalho do Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão.-----

Foi concedida ainda a palavra ao Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, dizendo que gostaria de colocar algumas questões, começando pela economia de turismo, e sobre a captação de investimento real privado, perguntou qual era o esforço por parte do Executivo, para captar investimento, que seja estruturante, ou que seja capaz de gerar, emprego, receita, para o futuro, de forma a garantir fixação de postos de trabalho, melhoria de condições de vida, melhores salários, e melhor retorno para a economia, em geral, para que a Câmara Municipal, não dependa só e essencialmente, da subida de impostos ou da descida dos mesmos? Questionou também o Executivo, sobre qual o número de Hotéis que serão instalados até ao final deste mandato? Porque nos últimos tempos não se lembra de nenhum, e a nossa atividade turística também depende da hotelaria.-----

Sobre o assunto da Rede Nacional de Desfibriladores, avançada pelo Senhor Vice-Presidente, numas Sessões atrás, gostaria de saber o ponto de situação, em termos de socorro às populações, porque no Município de Loulé, verificou que estão instaladas dezenas de equipamentos destes, inclusive em equipamentos de comércio, como Centros Comerciais e Hotéis, onde estão lá preparados para apoiar que precise, questionando sobre quando é que esse investimento será levado a cabo, surtirá efeito?-----

Por fim, e no âmbito dos investimentos municipais, o Mercado de Quarteira, relativamente ao projeto, onde se fala na alteração do plano do projeto do Mercado Municipal, perguntou se ele iria migrar para outra área, ou se vai apenas ser alterado o projeto, devido à subida do nível de água.-----

Terminadas todas as intervenções por parte dos Senhores Deputados Municipais, a Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), deu a palavra ao Executivo para responder às questões colocadas, tendo o Executivo informado que dado o adiantado da hora, e como havia alguns pontos que são indispensáveis de serem deliberados nesta Sessão, o Senhor Presidente da Câmara propôs aos Senhores Deputados, que se estivessem de acordo, quando fosse discutido o Orçamento e os documentos, o Executivo iria responder a todas as questões, porque elas de certa maneira estão muito ligadas ao documento que se discutirá a

*Handwritten signature and the word "Sessão" written vertically.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

seguir na discussão do ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

-----  
Dando continuidade à Sessão, foi proposto pela Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição) a apresentação das próximas alíneas, em conjunto, e votação das mesmas, separadamente:-----

-----  
**b)- Proposta 48/2019- Deliberação relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2020**, de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea a) e artigo 33.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro [Proposta da Câmara Municipal n.º 1798-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

-----  
**c)- Proposta 49/2019- Deliberação relativa aos Compromissos Plurianuais - Ano 2020**, nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1796-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

-----  
**d)- Proposta 50/2019- Deliberação relativa à Proposta de Fiscalidade Municipal para o ano de 2020** (Fixação da Taxa de IMI, incluindo a redução da Taxa de IMI para as Freguesias do Interior e para famílias com dependentes; Fixação da percentagem referente à participação variável do IRS; Aplicação da Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1770-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

-----  
Pede a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, invocando impedimento na discussão e votação das alíneas b) e c).-----

-----  
Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, para apresentar a proposta do Orçamento, fez uma breve apresentação em PowerPoint, referindo que este documento tem um novo capítulo que será obrigatório a partir de agora, e que também vai constar nas contas da Câmara Municipal, que é a Descentralização de Competências, do Estado para os Municípios, e para as Freguesias. Realçou alguns aspetos considerados, em pessoas e famílias, disse que estava integrada a habitação, a educação e a saúde, a mobilidade e qualidade de vida, que tem a ver com a rede viária, mas também com a mobilidade de outros tipos de transporte, também a eficiência energética e a ação climática, onde entra aqui também a questão da eficiência da água, e o acesso à cultura e ao desporto, que a Câmara considera, como bens importantes e como investimento. Em termos de enquadramento conjuntural, referiu que este Orçamento prevê o crescimento de 2% do PIB Nacional, assim como a tendência de descida da taxa



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de desemprego que também se verifica a nível nacional, de 5 a 6%, perto da chamada taxa natural de desemprego. Chamou também a atenção para uma nota complementar, em que a chamada dinâmica social e efeito sobre as finanças locais, que no fundo são os impactos do IMT, e o que se verificou, é que no caso específico do Algarve, e particularmente em Loulé, a situação instável do cálculo do IMT, que segue muito as razões relacionadas com o crescimento económico do País, que está estabilizado, fazendo com que o IMT também tenha estes níveis estáveis, de cerca de 36 e 37 milhões de euros, de receita, sendo que, mesmo assim o Executivo foi cauteloso e muito conservador na previsão do IMT para o ano de 2020, que tem também a ver com o impacto das políticas de acesso à habitação.-----

Sobre a Fiscalidade Municipal, disse que tem vindo a descer, sendo que a partir de 2018 os impostos ficaram todos no seu mínimo, ou seja, o IMI na sua taxa mínima, o IRS tem participação variável, e a Derrama sem ser aplicada sobre as empresas, o que se vai manter, e tudo isto permitirá uma estabilidade fiscal.-----

Relativamente à Descentralização de Competências, disse que esta matéria era muito importante, porque traz vários desafios, e uma das matérias que a Câmara aceitou e que vai receber a partir de 1 de Janeiro de 2020, são os Centros de Saúde e as Extensões de Saúde do Concelho de Loulé, que são cerca de 12, e isto vai requerer por parte da CML uma estrutura de resposta, em relação a uma quantidade de situações que a própria população também exige, por isso iremos ter situações relacionadas com a manutenção, renovação, aumento de pessoal afeto a estas estruturas, com o compromisso por parte da Câmara, de melhorar estes Serviços, com a ajuda da receita por parte do Estado, de cerca de 500.000 euros, e de 18 funcionários por parte Estado, para integrar o Mapa de Pessoal da Câmara, nesta competência. As outras competências pesadas, que irão ser aceites mais à frente, é a das Praias e a Educação, ainda não estão esplanadas neste orçamento, mas irão começar a ser trabalhadas durante o ano de 2020, para receber essas competências em 2021, e neste momento, estamos a assistir a uma mudança estrutural daquilo que é a Descentralização do Estado Central para as diversas dimensões do Estado, o Município será a descentralização charneira, recebe tudo, e depois pode transferir para as Freguesias, se tiverem capacidade para isso, atualmente as Freguesias não têm capacidade, mas irá trabalhar-se arduamente para que haja situações em que as coisas possam ser feitas melhor, pelas Freguesias.-----

Em relação ao Orçamento propriamente dito, disse para o ano de 2020, prevê uma receita de 107.8 milhões de euros, sendo que 101 milhões de euros são receitas correntes, e os restantes são receitas de capital, no fundo e a grosso modo, é aquilo que são os Fundos Comunitários. Existe uma boa margem naquilo que é o equilíbrio orçamental, cerca de 22 milhões de euros.-----

  
Sa moner



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Quanto à taxa turística, será objeto de discussão nesta Assembleia, aparece já no orçamento, mas a zeros, porque não está aprovada, assim como a Estratégia Local para o Turismo no Concelho de Loulé.-----

Devido ao adiantado da hora, a Senhora Presidente da Assembleia (em substituição), interrompeu a apresentação do Orçamento que estava a ser feita pelo Senhor Vice-Presidente, e sugeriu que o debate e discussão do Orçamento e Grandes Opções do Plano, passassem para uma reunião de continuação desta Sessão, a realizar no próximo dia 2 de Dezembro, segunda-feira.-----

Sobre esta sugestão, pediu a palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que o Orçamento era um documento essencial para a vida do Concelho, e que era importante que fosse discutido por todas as Bancadas, e que o BE não abdicava do tempo a que tinha direito para a sua discussão, e como tal, achava que o Senhor Vice-Presidente deveria terminar a apresentação do documento e que no próximo dia 2 de Dezembro, se fizesse a discussão por parte de todos.-----

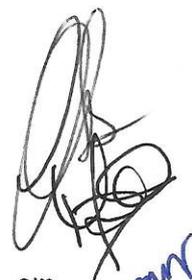
Os restantes Grupos Municipais também concordaram com a sugestão do Senhor Deputado Carlos Martins (BE), tendo a Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), dito que ficava então combinado, que o Senhor Vice-Presidente iria de seguida terminar a sua apresentação, e que no dia 2 de Dezembro se passaria à discussão e votação do Orçamento.-----

O Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, prosseguiu com a apresentação, e sobre a parte da receita, disse que o IMT está praticamente sempre a subir, mas que tem ali algum limite, um ajustamento nos 3% em relação a 2020, e tudo o resto mantém-se praticamente estável, do ponto de vista daquilo que é a previsão, em termos de receita.-----

Relativamente à despesa, e à questão do Pessoal, referiu que são sempre os números que suscitam interrogações, em 2018 era cerca de 29 milhões de euros, em 2019 cerca de 32 milhões de euros, e prevê-se para 2020 cerca de 34.9 milhões de euros, e quer na informação financeira de Outubro de 2018 para o ano de 2019, quer aquela que é a previsão do Orçamento, este aumento do valor da despesa com o Pessoal, não tem necessariamente a ver com o número de Funcionários que aumenta, porque o número de Funcionários que a CML tem atualmente que ronda os 1.700, é ainda inferior ao número em 2010, que era de 1.830 Funcionários, como tal, este valor não tem a ver com o número de Funcionários, apesar do volume da despesa ser superior agora, mas tem a ver com o impacto do aumento do salário mínimo nacional, em cerca de 600.000 euros no orçamento camarário, assim como a mobilidade intercarreiras ou o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



SA MERRY

descongelamento de carreiras na Função Pública, e que também afeta em 400.000 euros, e só nestas duas situações, temos 1 milhão de euros de aumento, relacionadas com a alteração da legislação, outro motivo, prende-se também com o aumento de trabalho extraordinário, e outro motivo ainda, o aumento de Funcionários nas Escolas, porque teve que haver um reforço devido ao aumento do número de alunos.-----

Quanto à outra rúbrica que aumenta, que é a aquisição de serviços, que aumentou substancialmente, devido ao aumento de transportes escolares, com um impacto de aumento de mais 1 milhão de euros, também a prevenção de fogos entra na aquisição de serviços, e que tem um aumento substancial para 2020, e os outros dois, que são a limpeza urbana e a recolha de resíduos, que aumenta, porque tem a ver muito com o custo da mão de obra, e com a pouca disponibilidade, do ponto de vista de emprego nestes setores, tal como o que se passa a nível das obras, não há capacidade produtiva para atender aos pedidos.-----

A questão dos encargos, são considerados quase fixos do ponto de vista da aquisição de serviços, mas que podem sofrer alguma alteração, e que têm a ver com os encargos com a eletricidade.-----

Sobre os encargos de cobrança, disse que sempre que a receita aumenta, os encargos de cobrança também aumentam.-----

Relativamente ao tratamento de águas residuais e deposição de resíduos sólidos, disse que tinham a ver com as Águas do Algarve, e com a ALGAR, que estão relacionadas com a quantidade de lixo que fazemos, quanto mais fazemos, mais pagamos, e quanto mais água dispendermos, mais pagamos, são estruturas que têm que ser pagas, e só estas duas, totalizam quase 19 milhões de euros, dos 26 milhões de euros.-----

Em relação à descentralização, referiu que a Câmara Municipal, já tem iniciados projetos de melhoramento, quer no Centro de Saúde de Almancil, quer no de Quarteira, e o de Loulé está em fase de projeto técnico, também para melhoramentos, e que também têm que haver melhoramentos substanciais na Extensão de Boliqueime, e nas mais pequenas espalhadas pelo Concelho e que esta rúbrica já aparece no PPI.-----

Disse que também temos a mobilidade e qualidade de vida, que tem a ver com um conjunto de requalificações, de beneficiações, chamando a atenção para uma parte da mobilidade, que é a implementação das bicicletas partilhadas, em todo o Concelho de Loulé, na cidade Loulé, em Quarteira, em Almancil, e reforço nas ligações com Vilamoura, Vale do Lobo e Quinta do Lago, será um forte investimento na questão da mobilidade do Concelho, e este será um dos grandes projetos para 2020, assim como a rede de transportes urbanos em Almancil com ligação à Estação Ferroviária, tal como tem Quarteira e Loulé, e tudo isto faz parte da política de mobilidade, umas adotadas pela Empresa Municipal e outras



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

diretamente pela Câmara, sendo que, as bicicletas partilhadas, irão ser totalmente geridas pela LC Global, que fará a gestão completa em termos do Concelho de Loulé.

Falou também de um conjunto de intervenções ao nível da rede de água e esgotos, e o Centro de Serviços de Vilamoura, ou a chamada Área Empresarial e de Comércio, em Vilamoura, será alvo de requalificação, porque aquela área precisa de uma beneficiação, que adveio de um projeto que tivemos, juntamente com a CCDR, com a AMAL, e com o NERA, juntamente com Tavira e Lagos, que é requalificação dos Centros de Empresas, e a Câmara ao candidatar Vilamoura, surgiu também esta oportunidade, de não só criar a marca, mas requalificar também as infraestruturas públicas, relacionadas com esta área específica do território.

A eficiência energética e a ação climática, referiu que em relação à primeira, foi aprovado, em termos de fundos comunitários, o apoio ao sistema de painéis fotovoltaicos, quer nas Piscinas de Loulé, quer nas Piscinas de Quarteira, porque de facto consomem muita energia, e este foi um dos projetos no âmbito da política de eficiência energética adotada pela Câmara, para diminuir não só a poluição como também para diminuir a fatura energética para a Câmara Municipal.

Por fim, no acesso à cultura e ao desporto, que aparece no Plano Plurianual de Investimentos, e um dos grandes projetos para a cidade de Loulé, é a musealização dos Banhos Islâmicos, além do Quarteirão Cultural, em Quarteira, o Centro de Educação e Cultura, que está em fase de projeto, e no caso do desporto, salientou a requalificação do Campo de Boliqueime, que está ao abandono, e o melhoramento e a colocação de balneários nos Campos de Quarteira de Loulé.

Seguidamente a Senhora **Presidente da Assembleia** (em substituição), deu por terminada a Sessão, e informou que a Ordem de Trabalhos seria retomada na segunda-feira seguinte, dia 2 de Dezembro de 2019. E nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A 1ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

VERSÃO  
FINAL



### VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ MÁRIO BRANCO

Morreu com 77 anos, no dia 19 de novembro 2019, José Mário Branco, músico que ao longo de meio século de carreira deixou a sua marca na cultura portuguesa e em várias gerações de artistas. A sua vida foi marcada igualmente pela intervenção política, pelo combate às opressões, à desigualdade social e luta pela Liberdade.

Foi perseguido, preso e exilado. Durante esse período, produziu diversas obras musicais, tendo colaborado com Zeca Afonso nos arranjos do "Grândola Vila Morena".

Regressado a Portugal após a revolução do 25 de Abril, torna-se uma das figuras da cultura portuguesa nos primeiros tempos de liberdade. Para além das inúmeras intervenções musicais, estende a sua atividade ao teatro, integrando o grupo "A Comuna", mas também ao cinema e à ação cultural, fundando com Fausto, Tino Flores e Afonso Dias o GAC - Grupo de Ação Cultural - Vozes na Luta, dinamizando centenas de sessões de canto por todo o país.

Compõe e edita em 1982, duas das suas maiores obras musicais, "FMI" e "Ser Solidário", que marcariam para sempre uma geração que assistia, então, ao desfazer das esperanças de construir uma sociedade mais justa e solidária em Portugal em que o Cantor expressa o seu mais intenso desencanto, perante a inversão de sentido de uma REVOLUÇÃO, em que acreditou, e deu o melhor de si. O cantor conclui o período com a canção e autêntico manifesto: "Eu vim de longe, eu vou para longe" do disco "Ser Solidário".

Edita um álbum de canções ao vivo em 1997 e dois anos depois participa na fundação do Bloco de Esquerda, de que foi membro da Mesa Nacional, num tempo marcado pela mobilização pela independência de Timor, da qual viria a tomar o título do álbum seguinte, já em 2004, "Resistir é Vencer".

Cinco anos depois, á sem quaisquer vinculo partidário, regressa aos palcos ao lado de Fausto e Sérgio Godinho no projeto "Três Cantos", com vários dias de concertos no Campo Pequeno, depois editados e álbum e DVD.

Em 2018 deu a conhecer um conjunto de canções e composições gravadas com o álbum "Inéditos 1967-1999" e já este ano viu um grupo de artistas prestarem-lhe tributo com o álbum "Um disco para José Mário Branco", que reuniu nomes como Camané, Ana Deus, Mão Morta, Walkabouts, Peste & Sida, Ermo, Osso Vaidoso, Batida, JP Simões e João Grosso, entre outros.

Por diversas vezes, esteve em Loulé com concertos a solo ou com outros cantores, onde se destaca, o mais recente "Três Cantos" com cantores de referência como Fausto e Sérgio Godinho. Mais recentemente, em fevereiro de 2014, como palestrante convidado pela Universidade do Algarve em parceria com a Câmara Municipal para falar no ciclo de conferências "Mestres e Discípulos nas Artes, nas Ciências, nas Humanidades, sobre "José Afonso - A canção, do cliché à educação do gosto".

Na última Sessão Solene Comemorativa dos 45 anos do 25 de Abril de 1974, numa abordagem ao tema "A palavra como arma da democracia" o digníssimo ex. Reitor da Universidade do Algarve – Professor António Branco, sobrinho de Zé Mário Branco, falou do título da canção "A cantiga é uma arma" e numa "transposição de contexto". diria "...as palavras tanto podem ser uma arma contra ou a favor da democracia, tudo dependendo do uso que delas fazemos,"

Assim, a Assembleia Municipal de Loulé, reunida em 27 de novembro de 2019, relewa, muito especialmente, o seu papel como DESPERTADOR de consciências políticas, de gerações e gerações de jovens, pelo que expressa publicamente esta nota de pesar, pela perda de um dos grandes nomes da cultura nacional, e, delibera, manifestar a sua profunda consternação pela morte do cidadão exemplarmente empenhado que foi José Mário Branco e exprimir aos seus familiares o seu sentido pesar, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem.

Assembleia Municipal de Loulé, 27 de Novembro de 2019  
Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

*Carlos José da Silva Martins*  
(Carlos José da Silva Martins)



### VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ MÁRIO BRANCO

Morreu com 77 anos, no dia 19 de novembro 2019, José Mário Branco, músico que ao longo de meio século de carreira deixou a sua marca na cultura portuguesa e em várias gerações de artistas. A a sua vida foi marcada igualmente pela intervenção política, pelo combate às opressões, à desigualdade social e luta pela Liberdade.

Foi perseguido, preso e exilado. Durante esse período, produziu diversas obras musicais, tendo colaborado com Zeca Afonso nos arranjos do "Grândola Vila Morena".

Regressado a Portugal após a revolução do 25 de Abril, torna-se uma das figuras da cultura portuguesa nos primeiros tempos de liberdade. Para além das inúmeras intervenções musicais, estende a sua atividade ao teatro, integrando o grupo "A Comuna", mas também ao cinema e à ação cultural, fundando com Fausto, Tino Flores e Afonso Dias o GAC - Grupo de Ação Cultural - Vozes na Luta, dinamizando centenas de sessões de canto e por todo o país.

Compõe e edita em 1982, duas das suas maiores obras musicais, "FMI" e "Ser Solidário", que marcariam para sempre uma geração que assistia, então, ao desfazer das esperanças de construir uma sociedade mais justa e solidária em Portugal. O cantor conclui o período com a canção e autêntico manifesto: "Eu vim de longe, eu vou para longe" do disco "Ser Solidário".

Edita um álbum de canções ao vivo em 1997 e dois anos depois participa na fundação do Bloco de Esquerda, de que foi membro da Mesa Nacional, num tempo marcado pela mobilização pela independência de Timor, da qual viria a tomar o título do álbum seguinte, já em 2004, "Resistir é Vencer".

Cinco anos depois, regressa aos palcos ao lado de Fausto e Sérgio Godinho no projeto "Três Cantos", com vários dias de concertos no Campo Pequeno, depois editados e álbum e DVD.

Em 2018 deu a conhecer um conjunto de canções e composições gravadas com o álbum "Inéditos 1967-1999" e já este ano viu um grupo de artistas prestarem-lhe tributo com o álbum "Um disco para José Mário Branco", que reuniu nomes como Camané, Ana Deus, Mão Morta, Walkabouts, Peste & Sida, Ermo, Osso Vaidoso, Batida, JP Simões e João Grosso, entre outros.

Por diversas vezes, esteve em Loulé com concertos a solo ou com outros cantores, onde se destaca, o mais recente "Três Cantos" com cantores de referência como Fausto e Sérgio Godinho. Ou ainda, como palestrante convidado pela Universidade do Algarve em parceria com a CM Loulé para falar no ciclo de conferências "Mestres e Discípulos nas Artes, nas Ciências, nas Humanidades, para falar sobre "José Afonso - A canção, do cliché à educação do gosto".

Na última Sessão Solene Comemorativa dos 45 anos do 25 de Abril de 1974, numa abordagem ao tema "A palavra como arma da democracia" o digníssimo ex. Reitor da Universidade do Algarve – Professor António Branco, sobrinho de Zé Mário Branco, falou do título da canção "A cantiga é uma arma" e numa "transposição de contexto". diria "...as palavras tanto podem ser uma arma contra ou a favor da democracia, tudo dependendo do uso que delas fazemos."

Assim, a Assembleia Municipal de Loulé, reunida em 27 de novembro de 2019, delibera, ao abrigo do artigo 25º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

Manifestar a sua profunda consternação pela morte do cidadão exemplarmente empenhado que foi José Mário Branco e exprimir aos seus familiares o seu sentido pesar, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem.

Assembleia Municipal de Loulé, 27 de Novembro de 2019

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

(Carlos José da Silva Martins)





VERSÃO INICIAL

## **A Assembleia Municipal de Loulé manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do cantautor José Mário Branco**

A Assembleia Municipal de Loulé manifesta publicamente o seu mais profundo pesar pelo falecimento do compositor e músico ou cantautor, José Mário Branco, de 77 anos, ocorrido no passado dia 19, solidarizando-se com a sua família mais próxima, nomeadamente o seu sobrinho, e Ex-Reitor da UALG, o Prof. António Branco, a quem apresenta os sentidos pêsames.

José Mário Branco foi um lutador antifascista, tendo sido militante do partido comunista e que se exilou em França, no ano de 1963, uma vez que foi perseguido pela PIDE. Em Paris onde teve a oportunidade de participar no Maio de 68, marco histórico das lutas estudantis pela liberdade, pela igualdade e um grito de revolta contra as guerras coloniais.

Regressou a Portugal no chamado comboio da liberdade, em abril de 1974, tendo tido uma intervenção cívica e cultural muito intensa, que o levou a percorrer o país inteiro com outros artistas de intervenção política, tais como Zeca Afonso, Sérgio Godinho, Fausto, Luís Cília, Francisco Fanhais, etc.

Editou diversos álbuns mas é sobretudo com o *FMI* que José Mário Branco expressa o seu mais intenso desencanto perante a inversão de sentido de uma revolução na qual acreditou e deu o melhor de si, lutando para a concretização de um sonho bonito, no sentido mais poético que Chico Buarque lhe deu: "foi bonita a festa pá".

Esteve em Loulé, em Fevereiro de 2014, convidado pela Câmara Municipal no ciclo de conferências temáticas "Mestre e Discípulos nas Artes, nas Ciências e nas Humanidades", onde aludiu, ao encontro feito com Zeca Afonso no álbum *Cantigas de Maio*, editado em 1971.

A Assembleia Municipal releva, muito especialmente, o seu papel como "despertador" de consciências políticas de gerações de jovens, pelo que expressa publicamente esta nota de pesar, pela perda de um dos grandes nomes do panorama artístico e Cultural nacional.

Loulé, 25 de novembro de 2019

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Loulé



Considerando que:

- Em 1999, foi celebrado um “Protocolo entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, o Turismo de Portugal, a Câmara Municipal de Loulé e a Lusotur, no âmbito do qual a Lusotur assume a obrigação de executar um conjunto de infraestruturas”;
- A execução das “infraestruturas” tinha um prazo de realização de 10 a 20 anos;
- A CCDRALgarve certificou, em 2004, o grau de execução do protocolo reportado àquela data;
- Em 2011, o relatório e contas do Município de Loulé reportava “dívidas a receber”, respeitante ao “protocolo Vilamoura XXI”, no montante de 4.967.147,38;
- Este relatório e contas reportava, ainda, “dívidas receber” relativas ao “protocolo Vale do Lobo 3 no montante 539.653,94;
- Numa Assembleia Municipal, ocorrida no mandato anterior, questioneei o Executivo Municipal sobre o cumprimento do “protocolo” em apreço, obtendo como resposta que o mesmo estaria em renegociação, e que oportunamente seria dado conhecimento da mesma à Assembleia Municipal;
- O regulamento da AM prevê uma comissão especializada “em finanças” onde esta questão poderia ser analisada, mas, até ao presente, a “Comissão Permanente” não requereu a sua discussão;

Face ao exposto nos considerandos, solicito ao Executivo Municipal que transmita à Assembleia Municipal de Loulé, até à realização da próxima Assembleia Municipal Ordinária, o seguinte:

1. Qual a situação de cumprimento dos protocolos “Vilamoura – fase II” e “Vale do Lobo nº 3”;
2. Qual o montante nominal das eventuais dívidas, bem como o “valor actual” calculado nos termos constantes dos referidos protocolos;
3. Listagem das “infraestruturas” que não podem ser realizadas por razões atribuíveis ao Município, e quais as alternativas propostas para substituição destas;

Nota: a não satisfação deste requerimento, no prazo estabelecido no mesmo, permitir-me-á desencadear as acções tendentes à obtenção da informação pretendida.

Assembleia Municipal de Loulé, 27 de Novembro de 2019



Fernando Domingos dos Santos  
Deputado Municipal – independente

Recebido em 27 Novembro 2019



